



88ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

28 de março de 2014 – 9h

Auditório da UMAPAZ

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Sugestões de inclusão de Pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO Parque do Carmo (Processo nº 2011-0.140.571-2);
- II. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO MONTALVANIA (Processo nº 2012-0.258.243-1);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO VILA RICA (Processo nº 2012-0.258.261-0);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO CARAGUATA (Processo nº 2013-0.153.228-9);
- V. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO Vila das Mercês (Processo nº 2013-0.153.231-9);
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO MÃE PRETA (Processo nº 2013-0.162.745-0);
- VII. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO Jardim Antártica (Processo nº 2013.0.200.113-9);
- VIII. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO VILA MARIANA (Processo nº 2013-0.272.224-3);
- IX. Apreciação e Deliberação sobre Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Piqueri (Processo: 2013-0.013.041-1);
- X. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação contratual de Contrato de serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para o Parques do Grupo Leste (Processo nº 2011-0.074.759-8);
- XI. Apreciação e deliberação sobre contratação de serviço Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Anhanguera. (Processo nº 2012-0.330.055-3);



- XII.** Apreciação e deliberação sobre contratação de serviço Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Leste (Processo nº 2013-0.282.697-9).

Anexos:

Parecer do Processo nº 2013-0.092.309-8

Parecer do Processo nº 2010-0.144.515-1

Parecer do Processo nº 2012-0.264.791-6

Parecer do Processo nº 2011-0.197.043-6

Parecer do Processo nº 2011.0.074.755-5

Parecer do Processo nº 2011.0.074.757-1

Parecer do Processo nº 2011-0.074.761-0

Parecer do Processo nº 2012-0.329.067-1

Parecer do Processo nº 2011-0.074.759-8

Parecer do Processo nº 2012-0.330.055-3

Parecer do Processo nº 2013.0.282.697-9



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Estamos com quórum. Vamos dar início. Senhores Conselheiros, por gentileza, queiram tomar seus lugares. Doutor Milton Persoli, por gentileza, à mesa. Dr. Silvano Silvério, por gentileza, aqui, à minha esquerda. Senhores conselheiros e conselheiras, senhores presentes, técnicos, bom dia a todos. Para quem não conhece, dos conselheiros, aqui à minha direita está o secretário Wanderlei Meira do Nascimento. Está o chefe de gabinete e adjunto, doutor Ricardo Brandão Figueiredo. Está o novo diretor de DEPAVE, doutor Carlos. Diretor do DECONT, o nosso querido amigo Cruz. Bom dia a todos. Agora eu vou passar a palavra ao secretário, para abertura dos trabalhos.

Secretário Wanderlei Meira do Nascimento: Bom dia a todos e a todas. Nesse dia bonito, claro, quase que um dia de maio. Eu vou fazer algumas considerações bem rápidas pelo adiantado da hora. Mas eu gostaria de frisar aqui, a importância desses dois temas. Um é a questão do resíduo sólido, que eu vou falar brevemente. Vou deixar mais para o Silvano. Mas com certeza, isso eu falo sem nenhum problema, até porque meu objeto de estudo é esse também. Mas eu acho que eu tenho a impressão que cidades do porte de São Paulo, sobretudo as capitais, me parece que é a primeira que já tem um plano municipal de resíduos, feito e executado, elaborado por dentro da prefeitura. Ou seja, não foi contratada consultoria. Amplamente discutido. Várias audiências públicas. Isso é de fundamental importância. Parece que não, mas isso muda muito. Aqui, quem conhece... Não agora, mas nos idos, não é verdade, Silvano, de 80 por aí, existia uma fábrica de planos por aí afora. N planos, para diversos assuntos que só servia mesmo para ficar nas prateleiras. Por quê? Porque era um plano completamente distante da realidade, o que sequer discutia-se até com um órgão público. Então os parabéns aí pelo Silvano aqui, o Simão Pedro, pela metodologia na elaboração desse plano, que os senhores, brevemente, vão ter em mãos para estudar, apreciar, e também tecer as suas considerações. O outro item de fundamental importância é o manejo dos parques, que eu não preciso aqui falar e defender. Porque os senhores conhecem, talvez, melhor do que eu. Que é um dos pontos mais importantes que têm na cidade de São Paulo do ponto de vista da manutenção. A semana passada tivemos uma pesquisa em mãos, qualitativa, do governo, aonde a gente debateu vários pontos. E um deles ainda aparece a manutenção dos parques como uma manutenção razoável para boa. Se ela é razoável para boa, nós temos muito o que fazer ainda. Ou seja, nós temos que transformar os nossos parques em manutenção de excelência. Ainda tem um longo caminho. Por quê que tem de razoável para bom? Têm parques que está muito bom. Têm parques que está razoável. Então, na média, na pesquisa, deu esse resultado. O que é um resultado bastante satisfatório. Contudo, é importante que a gente trace aí, uma linha de esforços concentrados, e por isso que estamos aqui, para que esse projeto seja levado em frente o mais rápido possível. Eu acho que mais detalhes sobre o manejo, eu que deixaria aqui com o Persoli, que é quem também, produziu as peças, aí, para contratação dos editais para este serviço. Na parte de resíduo também, deixo com um grande mestre aqui, que é o Silvano que vai falar bastante coisa aqui, não só de interesse nosso, mas da cidade de São Paulo, que talvez não saiba ainda, o quanto que já foi feito, o quanto que será feito em um espaço muito curto de tempo. Então vou deixar essa agenda aí, positiva, para o Silvano, que é o nosso responsável pelo serviço de resíduos para toda a cidade de São Paulo. Meu muito obrigado. Bom serviço a todos aí, pela 88ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. Obrigado a todos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Aberta a reunião, dia 28 de março de 2014, 9h00. Eu quero só corrigir uma falha minha. Eu esqueci de apresentar o professor Régis, que é o diretor da UMAPAZ, que está ao lado do chefe de gabinete. Dando sequência à pauta e expediente. Primeiro, aprovação da ata da 35ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 9 de dezembro de 2013. Senhores Conselheiros que tiverem alguma consideração, se não tiverem, permaneçam do jeito que estão. Votada e aprovada. Aprovação da ata da 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 13 de dezembro de 2013. Senhores Conselheiros, alguma consideração? Aprovada. Terceira aprovada a ata da 86ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 18 de dezembro de 2013. Senhores Conselheiros, alguma consideração? Nenhuma. Aprovada. Aprovação da ata da 87ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 31 de janeiro de 2014. Senhores Conselheiros... Votada. Aprovada. Sugestão de inclusão de pauta. Algum conselheiro ou conselheira gostaria? Sem inclusão, passaremos à ordem do dia. Chamo para apresentação da proposta da ampliação de rede de ecopontos, Júlia Moreno Lada, diretora de planejamento e desenvolvimento da AMLURB. E primeiro a palavra, o presidente da AMLURB, Silvano Silvério.



Silvano Silvério: Bom dia a todas conselheiras e conselheiros aqui do CONFEMA. Inicialmente eu queria saudar aqui o Secretário do Verde e Meio Ambiente, mais carinhosamente conhecido como Vandu, a quem eu saúdo os meus respeitos e trago aqui um abraço, Secretário Simão Pedro, também, secretário. Ele participaria desse evento, mas ele teve uma viagem internacional, porque nós estamos em momento aí, de discutir o contrato de varrição da cidade, então ele está fazendo algumas... conhecendo algumas experiências, para a gente aprimorar o serviço de varrição. Mas trouxe aqui um abraço para todos do CONFEMA. Queria também saudar aqui o Ricardo Brandão. Em nome dele, saudar a todos os diretores da Secretaria do Verde. Também saudar aqui o Damasceno, coordenador do CONFEMA. E todos os conselheiros do CONFEMA aqui também. Dizer que nós temos um grande prazer de estar aqui discutindo esse tema. Os meus companheiros de governo aqui, que participam e representam o governo aqui no CONFEMA, e também da sociedade civil. Esse tema que está aqui pautado, ele se insere dentro do nosso plano de gestão de resíduos sólidos. Aproveito e faço o convite meu e seu, e do Secretário Simão, o prefeito marcou para o dia 2, o lançamento do plano de gestão integrada de resíduos sólidos. Acho que vai ser um momento de comemoração e de júbilo por todos nós aqui da cidade de São Paulo porque nós tivemos aqui, no CADES do ano passado... Eu lembro que nós tivemos uma reunião, aonde foi apresentada a proposta da Conferência Municipal de Meio Ambiente, que é a IV Conferência Municipal de Meio Ambiente do Município de São Paulo. E naquele momento, nós apresentamos um projeto do que seria a conferência, e dizíamos que a conferência ia debater as diretrizes para o plano de gestão de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Eu lembro que essa reunião aconteceu em meados de maio de 2013. Pois nós não só fizemos a conferência... Então nós estamos com menos de um ano daquela reunião do CADES, aquela reunião que foi uma reunião do Conselho, mas que se aprovou a Conferência Municipal. Mas em um ano, nós conseguimos, não só fazer a conferência, foi uma conferência extremamente exitosa. Foram em torno de 800 delegados, mais de 7000 pessoas que participaram desse processo, diagnóstico da cidade de São Paulo, feito com a realidade de cada uma das 31 subprefeituras da época. Agora são 32. E o prefeito decreta, agora no dia 2 de abril, na verdade é um decreto do prefeito e dos dois secretários, do secretário Vandu e do secretário Simão Pedro, um plano para a cidade, que planeja a cidade em 20 anos. Um plano que deixa... o prefeito deixa para a cidade de São Paulo, um legado em relação à gestão dos resíduos para os próximos 20 anos. E acho que por isso o secretário, muito apropriadamente, se referiu ao fato de que a cidade ganha, porque não só... Nós não estamos tratando só dos resíduos sólidos urbanos. Nós estamos tratando no plano, de todos os resíduos. Os resíduos sólidos urbanos, resíduos da mineração, resíduos industriais, agro-silvo-pastoris, resíduos da construção civil, os resíduos do serviço de saúde, enfim, quer dizer, resíduos que têm... resíduos perigosos. A logística reversa está tratada também no plano de gestão. E acho que o plano, ele está trabalhando muito articulado com o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. De uma forma que tem o Plano lançado, agora em abril, e ele já está sendo incorporado pelo Plano Diretor Estratégico, inclusive com destinação de áreas para destinação de resíduos, que é estratégico. Então a gente faz um negócio do plano, para dizer que o que a gente traz aqui para a discussão hoje, está aderente ao Plano de Gestão de Resíduos da Cidade de São Paulo. Então está dentro de um planejamento de 20 anos, que é importante. E o fundo de meio ambiente do município de São Paulo... O fundo de meio ambiente do município de São Paulo, ele contribui diretamente com a implementação do Plano Municipal, porque ele... os investimentos esse ano, vocês vão verificar que no orçamento do município, ele... essa rubrica para implementação dos ecopontos passou a constar dos recursos do fundo. E nada mais apropriado do que se ter a utilização do fundo para uma atividade ambiental importante, vinculada à implementação de obras que vão dar uma melhoria para a questão ambiental no município de São Paulo. Então eu vou fazer uma apresentação. A Júlia, na verdade, está em Brasília, e quem está apoiando a gente é a Salete, que é a coordenadora da área lá, junto com o Odair. O Odair é mais operacional, ele cuida da implementação dos ecopontos, e a Salete trabalha no departamento de planejamento. Eu vou dividir a minha apresentação com ela. Eu vou falar uma parte inicial. A Salete Marrete que está lá conosco, já trabalhou em Guarulhos. Trabalha nessa área de resíduos da construção civil há muito tempo também. A minha parte inicial eu vou falar das questões relacionada à gestão dos resíduos da construção civil na cidade de São Paulo, e depois, a Salete apresenta os ecopontos, objeto de discussão aqui, nesta reunião, porque a ideia é que a gente apresente aqui, uma visão da destinação dos recursos necessários que foram aprovados pelo fundo, especificamente em relação à implementação de ecopontos, para ter uma visão mais geral do cronograma de utilização desse recurso ao longo do ano de 2014, Secretário. E ao mesmo tempo, já trazermos para cá, 9 projetos a serem votados. Que são os primeiros projetos que vão ser, já, licitados, assim que a gente tiver a vinculação do recurso, descontingenciamento de recurso por parte de SEMPLA e SF. Já têm nove projetos que entram em execução. Nós vamos apresentar aqui, um cronograma de



como é que esses recursos vão ser utilizados ao longo do ano de 2014, de tal forma que não será necessário a gente vir ao CONFEMA a cada momento em que tiver um ecoponto para explicar aquele ecoponto. A gente faz uma apresentação geral, e depois, no momento que a gente tiver cada um dos projetos, já está feita aqui, uma apresentação geral, e a gente vem para discutir o ecoponto em si, e ser analisado pelo CONFEMA. Vamos lá, Salete? Você me ajuda aí? Bom, aqui, essa apresentação, nós estamos falando então da rede de ecopontos atual. Nós vamos apresentar a rede de ecopontos atual, a proposta de ampliação da rede de ecopontos, o cronograma de redução orçamentária proposta, os projetos específicos para essa discussão atual. Nós fizemos já, uma conversa com o Rubens. O Rubens está aí? Está ali o Rubens. Apresentando também esses projetos e as principais necessidades para essa ação. Porque essa ação, ela está dentro do programa de metas do governo do município de São Paulo. Então é uma ação estratégica para o governo. Nós vamos apresentar os projetos e os próximos passos. Aqui é mais uma contextualização falando da área da cidade de São Paulo. Área urbanizada, área de proteção ambiental, vocês conhecem melhor do que eu. E especificamente, a cidade de São Paulo, dados contabilizados de 2012. Nós já temos dados de 2013. Estamos finalizando um diagnóstico. Mas foram 20.100 toneladas de resíduos sólidos urbanos, aqui incluídos os resíduos da construção civil. Os resíduos volumosos, resíduos do serviço de saúde, os resíduos de saneamento, mas dando destaque aos resíduos volumosos, os resíduos... resíduos da construção civil, são 4,3 toneladas, mil toneladas por dia de resíduos recolhidos na cidade. E 619 toneladas de resíduos volumosos. São todos resíduos que têm um impacto ambiental forte. Com problemas de toda magnitude. Mais especificamente para essa discussão aqui do CONFEMA, vale destacar: são 4500 pontos que nós chamamos de pontos viciados na cidade de São Paulo. 4500 pontos de descarte irregular de resíduos. Esse número foi feito um diagnóstico, no ano passado, em que nós conseguimos já referenciar todos os pontos viciados, na cidade de São Paulo. E esses pontos viciados são originários, muitas das vezes, pela colocação de um pouquinho de entulho. Daqui a pouco tem um pouquinho de resíduo domiciliar. Daqui a pouco tem um pouquinho de sofá, e chega a criar um ponto viciado de mais de 5 metros cúbicos. 5 metros cúbicos é isso aqui. Esse espaço é um espaço como esse aqui. E são volumes grandes. Vocês veem isso tanto nas marginais, em vários locais. Sobretudo, nas áreas fronteiriças do município com outros municípios. E quando, na verdade, a gente aperta a fiscalização aqui no município, eles saem. Quando os outros municípios apertam a fiscalização, eles vêm para a nossa fronteira. Isso é meio móvel, não é, Vandú. A gente sabe que isso é um problema que eles trabalham muito para fugir da fiscalização. Aqui também tem um conjunto de ações que nós estamos fazendo para melhorar a fiscalização na cidade. Porque não adianta só a gente trabalhar para fiscalizar. A gente tem que ter uma ação um pouco mais inteligente, e a gente está fazendo. E os ecopontos, eles servem exatamente para resolver esse problema. Para tentar atenuar esse problema. Disponibilizar... Aqui ainda nós estamos falando dos problemas. Assoreamento, inundação, aumento de vetores, aqueles problemas de alagamento que a gente tem em algumas ruas, pontos de alagamentos, muitas vezes, têm pontos viciados que acabam levando resíduos para as bocas de lobo. E os ecopontos vêm exatamente no sentido de atenuar essa situação. Porque na medida em que você disponibiliza uma rede de ecopontos na cidade, você disponibiliza a possibilidade do munícipe descartar o seu resíduo no local adequado, que será devidamente coletado e levado para um destino ideal. Então a ampliação da rede de ecopontos tem essa finalidade. É uma ação de estruturação física na cidade, em que a gente, estruturando, implantando essa unidade, a gente permite ao munícipe levar esse resíduo, e deixar de descartá-lo de forma inadequada na cidade e, em consequência, reduzir os impactos ambientais que a gente têm. Nós estamos também, nesse momento, fazendo um sistema de monitoramento e fiscalização. Nós estamos contratando um sistema que a gente chama de CTR, o cadastro de transporte de resíduos online. Nós vamos implantar, provavelmente, em 60 a 90 dias. É um sistema que se espera monitorar, desde o momento em que a pessoa liga para contratar uma caçamba, já vai para um sistema de monitoramento, e aí, essa caçamba é rastreada até o momento de descarte, em um aterro de inertes. E todas as áreas, nós vamos cadastrar, e vai ser feita uma contabilização do descarte desse resíduo nesses pontos autorizados para descarte de inertes, ou uma ATT, ou uma área autorizada pela Cetesb, e aí nós vamos conseguir bater os resíduos que foram contratados por caçambas, e os resíduos que chegaram no aterro, e a gente consegue saber, para cada transportadora, aquele que está inconforme. E dá para a gente saber também, as caçambas, onde elas estão, e a gente faz o monitoramento de perto. Esse trabalho está previsto para a gente concluir-lo em 90 dias. E vai permitir para a gente, com um Ipad, abordar os veículos transportadores, e ver se ele está cadastrado. Se aquela caçamba que ele está transportando está cadastrada. E caso não esteja, a gente tira de rua aqueles veículos. Tira de circulação aqueles veículos que não estão conforme. Então nós vamos combater isso de forma mais inteligente, na cidade de São Paulo, também. Bom, a previsão para 2014 é que a gente aumente 30% dos equipamentos de



ecopontos. E a gente diminua 10% dos pontos viciados na cidade de São Paulo. A base de dados de 2013. Nos ecopontos, o que chega nos ecopontos? Nós temos ali, majoritariamente, os resíduos volumosos. Que é uma grande parte... Estou falando de sofás velhos, porta de armário, colchão, toda magnitude de resíduos com um determinado volume. Mas a maioria que chega nos ecopontos são os volumosos. São 68%. 38% é entulho. E 5%, em média de 5 a 8% são resíduos recicláveis. Então ali é uma evolução no tempo. Em 2010 foram recolhidos nos ecopontos... o número aqui não está dando para ver, mas são 1.325.000 metros cúbicos de resíduos, e assim vai crescendo, de tal forma que em 2012 a gente tinha 3.990.000. Em 2013, em função da implantação dos ecopontos já do ano passado, nós saltamos de 399 para quase 4.900.000 metros cúbicos coletados nesses ecopontos. No ano passado, nós implantamos em torno de 18 ecopontos na cidade, e a nossa meta é implantar mais 23 ecopontos esse ano. Ali, só para ter uma ideia, daqueles resíduos volumosos, foram 1500 sofás, 400 cadeiras, 300 mesas, e 1000 armários. Isso tudo, nós estávamos conversando com o secretário na semana retrasada, e sobre a necessidade da gente fazer alguma ação de logística reversa desses resíduos. Porque todos são resíduos passíveis de serem recuperados, reciclados. Então nós vamos ter que fazer um trabalho de implantar, o mais rápido possível, a logística reversa de resíduos... esses resíduos volumosos, e também os resíduos da construção civil. Bom, o que está no plano de gestão de resíduos, em relação aos resíduos da construção civil? São resíduos da construção civil. Porque o plano detalha, além das diretrizes, estratégias... Mas isso aqui é o que foi discutido na Conferência, e que o Plano incorporou. Mas as principais diretrizes, a coleta seletiva, seria a coleta seletiva na cidade de São Paulo, de resíduos da construção, resíduos volumosos. Com a ampliação de ecopontos a nossa meta é chegar, até 2020, com 300 ecopontos na cidade de São Paulo. Nós temos, hoje, implantados, 77 ecopontos. Com esses 23, nós vamos passar a 100. Chegamos a 100 ecopontos até o final deste ano. E nós vamos, além disso, discutir a logística reserva para resíduos volumosos. Adequar a destinação desses resíduos que a gente sabe que tem um potencial muito grande para crescer. Se a gente tem 4500 pontos viciados na cidade, se nós tivermos ecopontos implantados, as ATTs, a gente consegue dar a destinação para os resíduos coletados nos ecopontos, e garantir o aumento da triagem dos resíduos, que são recicláveis, dos resíduos da construção civil. A recuperação obrigatória dos resíduos captados da rede de ecopontos. Quer dizer, a gente garantir que haja uma segregação desses resíduos. E fazer com que haja uma destinação adequada para a unidade de transbordo e triagem. A modernização da fiscalização, aquilo que eu acabei já falando, que é a fiscalização eletrônica com rastreamento e transporte. E esse CTR eletrônico, é o instrumento que vai nos permitir isso. Na parte de fomento e incentivo, é a aplicação do decreto para o uso de agregados e reciclados em obras públicas. Está no plano de gestão de resíduos. SIURB já tem meta para ampliar a utilização de resíduos recicláveis nas obras públicas. Que a gente sabe que é um volume muito grande de resíduos que são utilizados para obras públicas. E tem no plano, obrigações e metas, tanto para a sociedade civil, quanto para o próprio governo. Então, o governo, nesse aspecto, tem que dar o exemplo. Isso é uma das diretrizes que tem para resíduos da construção civil. Bom, aí tem a ampliação dos ecopontos, que não está dando para ver muito claramente. Mas ali tem os locais do lado esquerdo, aonde têm os ecopontos já existentes na cidade, são 77, não é isso? 75 operando. Já têm 2 em fase de inauguração. Mas nós vamos partir dos 75 para... com os 23, na verdade, 98. Esse é o número que a gente vai chegar. Mas do lado esquerdo ali, estão os ecopontos que são os ecopontos existentes. Ali, do lado direito, não ficou boa a figura, mas vocês têm aqui uma apresentação que foi entregue para todos os conselheiros. Isso, no mapa, que são os que já têm projeto elaborado. Que nós estamos trazendo aqui para essa discussão no dia de hoje, para que seja analisado e avaliado pelo CONFEMA. Caso haja aprovação, já passa para a licitação, e além disso, dez... tem mais um que não está aqui na lista, que nós já temos o projeto elaborado, e depois tem mais uma quantidade de outras áreas que nós estamos analisando para mandar o projeto também para cá, para ser analisado. Bom, aquilo que eu falei anteriormente, o que está na LOA, recurso do fundo, a implantação de ecopontos na cidade de São Paulo. Nós temos recursos tanto para serviço de terceiro, que é uma pequena parcela de 315 mil, mais a parte de obras e instalações e aquisição de áreas, é o que é preponderante. Nós temos R\$ 5.250.000,00 para obras e instalações. São recursos que vão ser destinados para construção dos ecopontos. A parte de aquisição de áreas deriva da necessidade que a gente tem constatado, que muitas vezes, a gente implanta ecopontos em locais aonde tem disponibilidade de área. Mas nós temos outros locais que tem a necessidade de ecopontos e não tem a disponibilidade de área pública, e que nós temos que tratar de desapropriar essas áreas, porque são áreas importantes estratégicas, do ponto de vista da localização da cidade. Tem muitos distritos que não têm ecoponto, porque você não tem área disponível para implantar. Então o fundo aprovou R\$ 7.000.000,00 que é para desapropriação dessas áreas. O prefeito já está para decretar a possibilidade de implantação de ecopontos em áreas não-residenciais... em áreas residenciais, em



LRU, não é isso, Salete? Esse decreto já está na Secretaria de Governo. Tem acordo entre a Secretaria de Governo, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, SMDU, e a Coordenação das Subprefeituras, então nos próximos dias deve sair um decreto e esse decreto vai facilitar a gente fazer desapropriação de áreas. O que vai permitir a gente, com certeza, gastar aqueles R\$ 7.000.000,00. O valor total são R\$ 12.750.000,00. Bom, esses ecopontos, eles vão ser diferenciados, esses projetos, que nós mudamos um pouco os projetos, para dar um pouco mais de sustentabilidade para a própria obra. São ecopontos que nós estamos prevendo uma maior humanização dos espaços públicos. Porque nesses locais vão os chamados carrinheiros da cidade, então a ideia é criar um espaço de convivência melhor para eles. Ter uma área melhor planejada e arquitetada. São espaços integrantes das calçadas mais largas e mais arborizadas. O espaço de convivência que eu lhe falei. Que eu falei, um tratamento paisagístico. Do ponto de vista de segurança e acessibilidade, um fluxo interno e externo bem definido entre o ecoponto e a via, e também a própria comunidade. E o que é mais importante, é essa construção verde. Nós vamos trabalhar para utilizar agregados reciclados nesses ecopontos, vamos trabalhar para que os ecopontos sejam implementados com pisos drenantes, para absorver mais a água... Porque resíduos da construção civil tem um problema com o manejo das águas pluviais. Na medida em que você retém... tudo que você fizer para reter a água, você deixa de destinar a água para um ponto de alagamento. Então esse piso drenante, ele é simbólico na implantação dessa unidade. E também uma maior economia de energia nesses ecopontos também. Bom, aí não dá para ver, naquele mapa, que está ruim, mas também, nós temos aqui uma via para cada um dos conselheiros, que eu queria distribuir. No primeiro quadro, gente, aqui já tem um pouco, a nossa proposta de utilização destes recursos ao longo de 2014. O primeiro quadro... Os dois são cronograma de execução orçamentária. O primeiro quadro tem a ver com os R\$ 5.250.000,00 para construção e o segundo tem a ver com os R\$ 7.200.000,00, que é a parte de desapropriação de áreas. Então vocês veem que no primeiro quadro tem a meta 1 - É a implantação de 9 ecopontos. Esses projetos que nós estamos apresentando aqui, hoje, no CONFEMA. E que a gente prevê que no mês de março até maio, nós vamos fazer o processo licitatório. Desde que a gente tenha a liberação do recurso orçamentariamente, e o recurso do fundo não contingenciado, pelo que me disse a Secretária Leda Paulani. Então uma vez definido que tenha a perspectiva de liberação do recurso, então nós estamos prevendo até maio a elaboração da licitação, nos meses de junho, julho e agosto, a execução dos ecopontos. De tal forma que no final de agosto, mais tardar setembro, a gente já tenha os ecopontos, esses 9 ecopontos sendo inaugurados. Nós temos uma rodada de 8 outros ecopontos que estão em fase de elaboração de projetos, escolha de áreas. Mas áreas já definidas. E a nossa perspectiva é de que a gente, já em abril, já encaminhe para o CONFEMA os projetos para análise, de tal forma que eles seriam iniciado a construção em julho, e a gente terminaria final de setembro. E seis outras unidades que a gente tem... ainda está faltando um pouco mais de elementos para a gente definir o projeto. Ainda escolher algumas áreas, bater o martelo em algumas áreas. Eles chegam um pouco mais para frente, mas inicia a obra em setembro, e executa financeiramente, inclusive, a obra, até o final do mês de novembro. Então aqui nós viabilizamos 23 ecopontos que estão no plano de metas do governo, para 2014. A meta de desapropriação de aquisição de áreas, é que a gente faça, até agosto, porque nós temos aqui um... a necessidade, bom, de sair esse decreto. As áreas já estão identificadas. Essas áreas privadas. Mas têm, ainda, que fazer desapropriação. Tem todo um processo que tramita, demora um pouco mais. Mas a nossa perspectiva é que a gente tenha esse recurso, também, executado entre agosto e novembro, a parte da desapropriação de áreas, de tal forma que a gente executa o orçamento no ano de 2014. Não é simples, mas nós estamos muito confiantes que a gente execute 100% do recurso aqui previsto. Nós apresentamos mais essas duas atividades, que elas são atividades de maior porte. A outra parte é de contratação de serviço de terceiro. Que algum projeto, algum detalhamento necessário que nós tenhamos que fazer. Mas eles serão também, executados. Acho que da minha parte é isso, Salete. Pode passar. Eu acho que agora entra nos projetos. Eu acho que a Salete podia pegar, a partir daqui, que ela vai apresentar cada um dos projetos, que daí, nós possamos ter uma visão do conjunto, e agora, passamos a apresentar cada um dos projetos, que é objeto da análise aqui, do CONFEMA. Por favor, Salete?

Salete: Eu acabei tirando xerox. Vocês estão sentindo falta, acho que do mês de novembro. Então eu estou dando aqui minha culpa, já, e encaminhando para todo mundo. Fui eu mesma que... O erro foi... Vi agora. Desculpe. Bom, como o Silvano falou, esses 9 primeiros projetos de 2014, tivemos primeiro, uma primeira preocupação. Que era priorizar nos distritos onde não tem ecopontos. Então, muitos vocês vão ver... dois no Ipiranga, dois em Itaquera, mas eram distritos e subprefeituras com muito ponto viciado. Uma demanda incrível por ecopontos. Por sorte, tinha a viabilidade de área, então nós priorizamos, até para facilitar o que



não está apresentado aqui, mas é bom todo mundo saber. Só vou apresentar o físico. Mas ajudar na educação ambiental, no trabalho com o bairro, no trabalho com a liderança, e suprindo uma demanda do distrito como um todo, e da subprefeitura. Então vocês vão ver, às vezes, duplicado, dois Ipiranga, mas era planejadamente... era isso que a gente estava querendo. Então rapidamente, como o Silvano colocou, nós vamos sempre mostrar, vocês estão vendo aqui, assim, uma em preto, é um ponto... O terreno que foi-nos fornecido pela subprefeitura, um ponto de descarte natural. É um ponto viciado. Essa área é lindíssima. Uma das áreas mais bonitas. Na história, lá atrás, já teve um ecoponto que foi depredado porque a população não entendeu. Então mais um ponto da importância de estar falando com lideranças, fazendo educação ambiental, mostrando que não é um lixão, e sim, uma solução, a gente brinca. Isso já... acho que no conceito, mudou. Então nós fizemos essa proposta. Está bastante simples, mas dá para perceber o encaminhamento. Tem um córrego, então eu gosto de frisar. Somos arquitetos, então assim, toda a parte construída tem a distância necessária. Não vai ocorrer o que a gente batalhou historicamente de proteger as águas. Nós fizemos um encaminhamento... é ruim essa posição que eu estou. Nós estamos observando o caminho da rua ao lado, e vem pela escola no meio do mato. Então, o que nós priorizamos nesse projeto? Setorizamos o ecoponto enquanto funcionamento, que é bastante simples. Uma baia para resíduos da construção civil. Equipamento para coleta seletiva, e **volumosos**, que já foi dito. E a guarita. Então, do lado de fora, nós temos um caminho com uma praça e um ponto de convivência. Esse caminho, a gente diz que, no dia-a-dia, as escolas vão estar convivendo com um local correto, onde se pode levar o resíduo. Então nós achamos que isso daqui vai influenciar, além de convidar para entrar. No bairro tem roda de capoeira. Deu para colocar no orçamento uma roda de capoeira. A subprefeitura encarar como imobiliário. Então esse é um projeto simbólico de como nós gostaríamos de tratar, daqui para frente, os ecopontos. Um ponto de chamada, uma praça, uma sala de visita, e que a gente não joga mais o lixo embaixo do tapete. E sim, trata o lixo de forma como deve ser, não mais lixo, resíduo. É só para fazer uma simbologia. Então esse é Mãe Preta, conversamos bastante na subprefeitura, arborizando, enfim. Nem todo ecoponto tem toda essa maravilha de área. Tem 4 mil e poucos metros quadrados. Esse é um ecoponto um pouco menor, mas que também tem um potencial e uma demanda forte para tratar o resíduo. Mas é a mesma coisa: aqui, o cercamento. Nós aumentamos a calçada. Não tem calçada de 1,5m. A calçada... de repente, só sobra calçada para trabalhar. Por isso que a gente está batendo tanto na calçada. Recuamos a cerca do ecoponto, calçadas largas, em que dá para colocar banquinhos, uma mesinha, para trocar... O carreteiro chega, leva o seu resíduo, tem onde sentar, tem onde lavar a mão, tem onde trocar ideia, enfim. Então diminuimos o espaço físico sem perder o fluxo. Sem perder o fluxo. Mas introduzindo naquela área, um espaço agradável e ponto de encontro, que pudesse estar trocando ideias. Todos eles, embora o número de banhos seja pequeno, todos os ecopontos nesse orçamento, nós conseguimos prever energia solar. Então nós gostaríamos que dentro do ecoponto fosse também transmitido algumas ideias. Os pisos drenantes com agregado reciclado. A parte de energia solar, as lâmpadas corretas. Então nós estamos trabalhando. Porque essa visita no ecoponto, a pessoa pare e perceba um pouco a diferença. Estamos querendo substituir a cerâmica do banheiro por mosaicos, mas isso vai precisar uma tratativa um pouco maior com as construtoras. Porque é difícil você colocar em planilha Edif. Não está lá previsto. A gente tem que avançar muito, o reuso de material nas próprias planilhas. Mas é o nosso estágio, então a gente está fazendo por aí. Esse é outro fantástico. É o Montalvânia, em São Mateus. São Mateus todo mundo sabe que é uma área bastante carente de diversos serviços públicos. É uma área maravilhosa, na beira da avenida. E que nos foi fornecido 1500 m². Então, o que faz parte do orçamento é só a parte aqui, do ecoponto. Mas o que nós estamos propondo para a subprefeitura. Aqui tem uma passarela, ponto de ônibus. Então, ponto de ônibus, a pessoa já tem uma pracinha, vem em um caminho entre os jardins, passa aqui pelo ecoponto. O ecoponto, ele está dentro do parque. Então ele tem aqui uma calçada de 5 metros. Ele não é um patinho feio. Ele faz parte da área, como um todo. 1200 m², 1300, 1320, um pouco menos do que foi-nos oferecido. Mas de uma forma a integrar, no futuro, o parque. Se é que vai acontecer. E eu acho que vai. Porque o pessoal gostou bastante do projeto. Sempre com bancos do lado de fora. Outra questão é um totem informativo que estamos investindo em colocar fora do ecoponto. Iluminado. Embora o pessoal fala: ah, pode ter depredação. Acreditamos que não. Se está dentro de uma praça, tem que ser visita, quase que convidando para entrar e conhecer o ecoponto. Parque do Carmo, também, uma área bastante degradada. É uma área pequena, mas entre casas, é diferente, completamente, de uma praça. Essa área, ela tem acesso de duas vias. Isso daqui é um talude. É um acidente topográfico bastante significativo. O que nós fizemos como proposta? Um mirante. Nós trabalhamos... O ecoponto está aqui embaixo. Mas dentro do orçamento, dentro dessa visão de qualificar o entorno. Fizemos um mirante no posto de cima. Esses vermelhinhos são os banquinhos arborizados. Então, de cima, é um mirante lindo. Dá para sentir ali a região. E



embaixo, estamos trabalhando os resíduos. Na porta de entrada também, os banquinhos, as mesinhas, enfim. Eu fico sempre preocupada, a gente está falando muito do físico, mas todo o trabalho de conscientização faz parte... é que não faz parte dessa planilha, então eu estou me atendo no que é o pagamento, está bom. Mas é um complexo. Caraguatá, essa é uma edificação pública, que foi, ao longo da história, descartada como equipamento. Nossa tentativa é, neste ecoponto, recuperar. Recuperar, porque tem aqui, o pessoal se encontra... Essa foto não é muito boa, mas aqui tem uma mangueira. As pessoas do bairro se encontram aqui embaixo da mangueira. Então nós tentamos fazer um projeto que recupere a mangueira. O espaço físico e o ecoponto. Aqui é a residência, o platô, o trabalho interno, e o espaço aqui, que eu disse da mangueira. Vila das Mercês. Projeto pequeno, uma área também difícil de trabalhar, mas acho que conseguimos... O lote bastante irregular, 1300 e poucos m² com uma área muito íngreme, de difícil... para o uso específico de ecoponto. Mas dá para arborizar, e tem um acesso... a gente fez um acesso, se quiser fazer um caminhozinho, piquenique aí, depende da subprefeitura. Brasilândia. Então nós colocamos... Fizemos questão de mostrar para vocês que todas as áreas, elas são... é isso aqui. Não é montagem. É essa situação que a gente encontra no município de São Paulo. O ecoponto, um dos menores. Mas para manter esse acesso de duas vias, bastante íngreme também, deu para manter esse ponto de convivência pequeno, mas acabou sendo só nas calçadas. Calçadas de 5 metros, calçadas de 4 metros. O acesso. Os funcionários, todos eles... Então aqui está a guarita, o tanque, isso é como é hoje. O que nós introduzimos é uma laje de sombra, e sempre um banquinho na hora do descanso. Tanto para quem vai levar, como para quem trabalha. Esse é um dos carinhosos, também. É uma área pública, totalmente murada. É este cenário, Vila Mariana, uma área nobre da cidade, com um investimento bastante grande, uma infraestrutura... todo mundo conhece Vila Mariana. Mas aí, é essa paisagem que nós temos. Muro, muro, uma calçada bastante interessante e bonita. O que nós fizemos nesse caso é... Afonso Pena. Mas Afonso Pena é uma avenida importante da Vila Mariana. O que nós fizemos, nesse caso, é tirar o muro, alargar a calçada... Afonso Celso. Alargar a calçada, ou seja, diminuimos a área do ecoponto, para entregar para a cidade, uma parte de humanização (incompreensível). Então diminuimos... Deu o que fazer para fazer o confluxo aqui. Mas achamos que esse convite para a cidade é tão importante quanto o funcionamento dentro. Então a gente acabou fazendo essa troca, e ficou simpático. Está bastante simpático. Não é só mais um muro. Em alguns momentos, abrimos com grade, até para dar transparência. Entre, olhe, o que a gente faz lá dentro é muito legal. É nosso futuro. Esse daqui é a mesma coisa. Vila Mariana. Acaba aqui com 6 metros. É uma área mais afunilada do que essa sala. Fizemos o mesmo raciocínio do anterior, com um pouco mais de dificuldade. Mas aqui, é essa área fechada, e é esse visual que nós temos como área pública. Com essa supercalçada, maravilhosa. O que nós não conseguimos é melhorar a calçada. Porque é muito estreita, senão o caminhão não entraria. Mas é quase que ¼ da área, encerrar e transformar em uma pracinha de chegada, que tem essa visão pelo viaduto. Transformamos aqui, um ponto de convivência. Não vamos chamar de praça. E infelizmente, não deu para melhorar a calçada como um todo, mas deu para dar um respiro, vamos dizer assim, ufa, chegamos em um lugar que dá para respirar. Também um ecoponto bem diminuto. Ah, sim. Esse aqui não faz parte dessa planilha. Então nós entregamos 9 no primeiro ofício, a coisa continua. Estamos produzindo 7 áreas sendo estudadas. Esse é o nosso 10º. Também em Itaquera, um ponto muito importante de trabalhar. É este cenário, aqui tem um córrego, aqui é uma escola. Esse ecoponto na beira do córrego também fizemos o gradil bem adentro, uma faixa de manutenção e um plantio. Embora esteja palmeiras só aqui, a gente precisa deixar a faixa da subprefeitura para manter. Um ponto de encontro diminuto na frente. Mas uma calçada um pouco mais ampla. É caminho da escola. Então nós achamos que esse ecoponto vai poder auxiliar na educação ambiental, das crianças poderem estar conversando, enfim. Isso daqui que eu tinha para apresentar. Se tiver alguma pergunta.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Senhores conselheiros, alguém quer fazer alguma observação sobre o projeto? Alguma pergunta?

Cons. Alexandre: Alexandre, da Associação Alma. Apenas uma observação. Estou muito contente com os projetos apresentados. É muito bom ver os diferenciais, ver que os projetos estão avançando e saindo só do básico, do óbvio, de obra dura, e que está contemplando aí, critérios sociais, culturais, comunitários. E uma perguntinha, só. Uma curiosidade. Eu vi os de Itaquera. São áreas que a gente conhece. A gente atua lá em Itaquera, a nossa organização. Mas a gente está especificamente no José Bonifácio. As outras áreas também são importantes para a gente, e lá no José Bonifácio, a gente faz quatro anos que a gente faz uma ação junto à



subprefeitura e a comunidade para implantação do ecoponto, mas ainda não tivemos essa resposta. Queria saber se tem já, algum projeto aí para o José Bonifácio. Alguma área em projeto.

Salete: Alexandre, não é? Alexandre, José Bonifácio não tem nenhuma. Nós fizemos reunião com o subprefeito. Eles estão atrás de áreas. Então se vocês souberem alguma área, e agora, com essa questão de poder, depois de um grande planejamento, ter área privada também. Embora vai ter um planejamento. Porque senão, o preço vai lá no alto. Mas José Bonifácio está precisando e muito.

Silvano Silvério: Complementando aqui. É isso que a Salete disse. Nós vamos precisar de muita informação, de sugestão de novas áreas. Então fica aqui um convite, um contato nosso da Salete ou Odair, se vocês tiverem algum local para sugerir, a gente pode... A ideia é ajudar. Quer dizer, nós temos um plano para a cidade que vamos crescer dos atuais 75 até 300, em 2020. Então nós vamos precisar fazer mais planejadamente. Não fazer ecoponto aonde tem área disponível, mas fazer onde é preciso. Então isso vai necessitar da gente discutir com a comunidade algumas áreas. Se vocês tiverem algumas áreas para fornecer... o Odair ou a Salete, ele está dizendo aqui que se procurou muitas áreas lá para destinação, mas não encontra, pública. Agora é possível porque nós vamos poder desapropriar. Nesse conceito, se vocês tiverem alguma sugestão, a gente aceita.

Cons. Alexandre: Talvez tenhamos sim. A gente conversa depois.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira Cristina.

Cons. Cristina: Cristina Antunes, da Ciranda. Não me admira a qualidade dos projetos, porque o arquiteto dá nó em pingo d'água, não é, Salete, para conseguir fazer as coisas acontecerem. Parabéns pelo projeto. Eu acho que a expectativa que a gente tem é que realmente os ecopontos passem a ser lugares de estar. Os ecopontos que nós temos lá na região de Santo Amaro nasceram com este objetivo que, infelizmente, não se cumpriu. Agora, eu não sei se eu já posso encaminhar para o Silvano... Bom, então, parabéns pelo projeto. Eu fico encantada de ver esse talento, essa capacidade de transformar areia em ouro. Eu acho que os projetos estão maravilhosos. Eu sei que acompanham as ações de educação ambiental que são fundamentais, da parte da população. Mas o que eu tenho a colocar para o Silvano, é o outro lado. É o da parte da administração. Da gestão dos ecopontos. Nos ecopontos de que nós já dispomos, nós temos algumas questões muito recorrentes que eu não vi contempladas aqui na sua apresentação, Silvano. Todos esses novos ecopontos vão depender de uma concessionária para operá-los, certo? Nos que a gente tem, a gente pode contribuir com comentários, críticas e sugestões a respeito dessa gestão. Nós temos três ecopontos lá em Santo Amaro, um dos quais foi um atendimento muito eficaz em termos de resposta imediata por parte da então Secretaria. Mas infelizmente, a gestão desses ecopontos não é, nem de longe, satisfatória. Tudo isso que está posto agora no plano, no nosso entendimento, só se cumprirá se houver mudança de lei. Porque por exemplo, o contrato atual, a nossa operadora é a SOMA. Com a qual nós temos um ótimo contato. A gente foi lá em São Mateus, sentou com eles para ver propostas alternativas. Eles são absolutamente engessados pelo contrato. Eles não podem, por exemplo, ajudar coisas absolutamente básicas. Ajudar os munícipes a tirar um saco de entulho no carro e botar na caçamba. A caçamba é alta. Uma pessoa, mesmo os funcionários, quando querem ajudar, têm muita dificuldade de colocar os produtos na caçamba. Então na dinâmica, na operação da parte da população, o ecoponto é muito hostil. Porque não facilita essa interação. A questão da destinação desses materiais nos assombra. Porque, por exemplo, eu espero que isso mude nessa nova legislação, mas os volumosos vão para aterro. Então nós temos casos, como você falou, eu até anotei, é mais do que a gente podia imaginar, 1500 sofás, 400 cadeiras, 300 mesas e 1000 armários vão para o aterro. Quando há, na própria região, comunidades carentes que assim, com dois dias, iam botar todos esses móveis em uso. Nós mesmos lá, eu vou botar entre aspas, "a gente rouba do ecoponto", móveis para o parque. Porque o parque precisa de estante, precisa de cadeira, a Secretaria não tem orçamento para isso, e a gente vê, diariamente, esses caminhões atravessarem a cidade para levar materiais úteis para o ecoponto, para o aterro. A SOMA afirma e reafirma que eles não podem permitir retirada desses materiais para outro fim. Nós já sugerimos fazer um brechó. Vai abrir lá uma vez por mês, faz uma feira, faz uma doação, paga um real por cada coisa. Porque a prefeitura não pode fazer essas doações assim. Outra questão são os recicláveis. Porque os contatos com as cooperativas são muito capengas. As cooperativas não tem estrutura para retirar, acaba também, indo para aterro sanitário. E uma questão que para nós é caríssima, é a questão que está na lei, de manejo de materiais no próprio ecoponto.



Então por exemplo, manejo de madeira e manejo de poda. A nossa região é muito arborizada, felizmente. E graças também ao esforço da comunidade. Então nós temos um volume de poda feita pelos moradores mesmo, é um volume grande que vai para o aterro. Em vez de isso ser reaproveitado como compostagem, também vai para o aterro sanitário. Nós fizemos, com recursos deste FEMA, nós fizemos, lá na região, um projeto campeão de compostagem. Lá na área do ecoponto. Fizemos uma parceria com a SOMA durante um ano. Um projeto que foi financiado aqui. O Rubens acompanhou isso, mês a mês. Com todas as dificuldades que a gente tem também com essa questão. E foi um projeto absolutamente bem recebido pela comunidade. Fizemos trabalho com escolas, levamos escolas lá para conhecer, nessa parte de educação ambiental. A própria subprefeitura se valeu do nosso projeto. Porque o composto que nós produzimos lá, é muito melhor do que o composto que a prefeitura compra. Embora mande material para o aterro, a prefeitura compra composto, e utilizou no manejo da vegetação de rua, lá da nossa região. Surpreendentemente, esse projeto não teve continuidade pela SOMA, porque o contrato não permite. Nós fizemos, inclusive, uma edificação que poderia ser utilizada para esse fim, que a Salete colocou, de banho, de higiene básica das pessoas que vão lá, que está fechado. É uma construção simples, que foi feita com materiais ambientalmente sustentáveis, e está fechada. A chave está na subprefeitura. E a gente não entende por que a própria AMLURB impede esse serviço lá? Quando está na lei. Desculpe. A SOMA tinha todo interesse em dar continuidade a esse projeto que obviamente, poderia e deveria ser replicado nos outros aterros da região. Em todos os aterros. Isso eu não vi na sua apresentação. Não sei se isso está previsto. Mas o manejo de materiais de poda e vegetação está previsto na lei de resíduos sólidos. A reciclagem de entulho é outra questão histórica. Faz 20 anos que cidades muito menores do que São Paulo, mas também algumas capitais, têm a reciclagem de entulho. E aqui em São Paulo, isso daqui é absolutamente rudimentar. E quando é feito, é feito por entidades privadas. Nós tentamos também, em uma ocasião, implementar um programa e o argumento para não implementar é que a gente já teve isso no tempo do Pitta, mas a máquina, era uma única máquina, foi desmontada. Para montar, custava 200 mil reais que a prefeitura gasta assim, de respirar. E, portanto não podia fazer. Então eu não vi também, aí, qual é a política voltada para usinas de reciclagem de entulho. Utilizar material reciclado da construção civil está dito. Mas onde é que vão ficar essas usinas? É a prefeitura que vai gerir? A SOMA também tinha interesse em implantar uma usina de reciclagem de entulho, e mais uma vez, é impedida pelo contrato. Nós até falamos: gente, faz um aditamento nesse contrato. Não é possível que a gente fique engessada mais sei lá quanto tempo, por conta disso. Com relação à destinação dos recursos, eu tenho uma questão aqui no FEMA, aqui neste conselho, que diz respeito ao uso dos recursos do FEMA. Já discuti isso muitas vezes. Eu acho que houve um desvirtuamento dos objetivos dos recursos do FEMA. Mas isto foi aprovado pelo Conselho, eu sou sempre voto vencido nessa história. Mas eu entendo que isso daqui está no PDE, está no Programa de Metas, e está na Lei Orçamentária, por que tem que usar recursos do FEMA? Por que o FEMA tem que bancar, por exemplo, desapropriações? Eu entendo que tem uma obrigação, uma responsabilidade da prefeitura em termos de orçamento para cumprir a produção de equipamentos básicos para a cidade. E desde a lei de Resíduos Sólidos, os ecopontos são equipamentos básicos para a cidade. A Política de Resíduos Sólidos é uma obrigação da administração pública. E eu vou só registrar isso aqui mais uma vez, eu sei que eu vou ser voto vencido de novo, mas eu entendo que não cabe ao FEMA financiar desapropriação e algumas dessas outras questões. Quando foi aprovado aqui o orçamento para este ano, eu imagino, que o item ecopontos deveria contemplar melhorias em ecopontos, programas de educação ambiental para os ecopontos, mas jamais, implantação de um equipamento tão básico. Daqui a pouco nós estamos usando recurso do FEMA para implantar... sei lá, fazer avenida, fazer qualquer outra coisa porque tudo tem a ver com a questão ambiental. Isso é só para ficar como registro. Quero fazer um relato de pontos viciados, que é o seguinte: Alto de Pinheiros, que é um bairro de alta, e altíssima renda, tem alguns pontos viciados. Um desses pontos viciados está no meio de uma área de mansões, de uma área com todos os recursos urbanos. Eu, uma vez, questionei uma pessoa, uma moradora de lá, porque existia um... na verdade, é um triangulzinho, um cantinho assim, para disciplinamento de tráfego, que é feito com... a gente não pode chamar de gelo baiano. Aquelas peças de concreto. E as pessoas da região, todos esses que são população de alta renda, orienta os empregados a jogar, nesse pedacinho, o entulho. O lixo, ou o que é reciclável. E eu perguntei: gente, mas vocês estão fazendo isso no meio da rua. Ué, mas é ali que é para por. Porque a prefeitura no dia seguinte vem e retira. Então tem uma leitura do que é ponto viciado que é induzida. Mesmo para a população instruída e população de alta renda, como se fosse esse o ponto. Em alguns lugares da cidade, há até aquela plaquinha: não despeje lixo, proibido, não sei o quê, parará... Mas lá, eu fiquei absolutamente pasma de ver como a mensagem, a comunicação é precária. Porque o fato de existir isso, e da prefeitura cumprir o seu papel de tirar de lá, passa para as pessoas, a mensagem subliminar que é: é aqui que é



para por, porque é aqui que a prefeitura vem retirar. Então isso daqui é uma questão dos pontos viciados. Como você diz: bota um sofá, no dia seguinte tem um saco de lixo, não sei o quê, as pessoas leem isso como: ah, então é aqui que é para eu por. Independente do mau comportamento dos caçambeiros e de outras pessoas. Outra questão é a... qual é a articulação essa nova proposta dá à atividade dos carrinheiros, ou carreteiros. Antes eram carroceiros, depois virou carreteiros, cada vez muda um pouco o nome. Porque o fato de ter, Salete, um espaço para eles no ecoponto, que é muito saudável, não elimina o fato de que a atividade é absolutamente primitiva nos moldes em que é feita. Eu tenho um sobrinho que quando era criança, olhou um cara puxando carroça, falou assim: mas cadê o cavalo? Então é uma atividade que tem que ser transformada, primeiro porque é fundamental. Precisa existir. Segundo, porque essas pessoas continuam trabalhando feito mulas. E eu acho uma vergonha pensar que ainda há pessoas que dão ou que vendem esse material para essas pessoas puxarem carroça. E a gente vê pessoas de idade, mulheres com uma criancinha pendurada dentro da carroça. Então eu queria saber qual é a política da AMLURB para esse tipo de atividade. Que é fundamental, mas precisa de apoio da prefeitura, para que seja feita de um jeito mais ético, mais decente, mais digno. Eu quero saber desses novos processos, desses novos ecopontos, como vai ser a contratação das operadoras. Se vai ser nos mesmos moldes das atuais, são duas grandes operadoras na cidade. Ou se novas concessionárias vão passar por essa licitação. Se há empresas que vão estar habilitadas, porque a licitação, normalmente, restringe o alcance do número de empresas que podem se habilitar. E por fim, na questão do projeto ainda, Salete, o projeto original de ecopontos previa baias para separação de material. A gente vê que na prática, essas baias não dão conta do material que recebe. O nosso ecoponto da Vicente Rao foi construído com baias. Tem uma história triste, porque as tantas, a subprefeitura cedeu a área para uma escola de samba de Cidade Ademar. Destruí completamente o ecoponto. Ao reconstruí-lo, colocou as baias de novo, e AMLURB foi lá e tirou todas as baias. AMLURB não. A SOMA. Foi lá e tirou todas as baias, porque o volume de material é tal, que não comporta nas baias. Eles deixam tudo largado no chão, na frente, até que chegue o caminhão e faça a troca. E os próprios equipamentos, como eu falei, a caçambona é inacessível. E paradoxalmente, aqueles contêineres para material reciclável, você não consegue botar o material reciclável lá dentro. Tem uma boca desse tamaninho. Então as pessoas acabam largando, também, do lado. Então têm uns paradoxos, têm umas contradições dentro da operação. O projeto, eu tenho certeza que os projetos se cumpriram muito bem se a gestão fosse adequada para o objetivo, e para os equipamentos que as concessionárias colocam lá. Desculpe ser tão extensa.

Silvano Silvério: Bom, talvez eu gaste um pouquinho mais de tempo, aqui, com as explicações. Porque as perguntas foram importantes, e elas precisariam de a gente ter um tempo grande para explicar a proposta como um todo. Porque o plano de gestão de resíduos, ele é muito mais abrangente. E eu, obviamente, não falei de tudo. Mas começando pela questão da poda, nós estamos com uma ação dentro do plano de gestão de resíduos, que diz respeito à destinação dos resíduos de feira para unidades de compostagem. Então está prevista a construção de oito unidades de compostagem de resíduos, e nesses resíduos de feira, que é um resíduo bem limpo para compostagem, nós vamos também vincular com a destinação do resíduo de poda. Então cada uma das subprefeituras que for implantada essa unidade, nós vamos fazer a implantação... essa unidade de compostagem para 50 toneladas/dia. Nós temos 880 feiras na cidade de São Paulo. Então, para essas 880 feiras, nós vamos precisar de 8 unidades de 50 toneladas/dia. A nossa proposta é que até o final deste ano, a gente já tenha 2 construídas. Então, essa sua preocupação, ela vai deixar de existir à medida que a gente implantar as unidades para destinação adequada. Porque a compostagem, você sabe muito bem, todos os Conselheiros sabem, que ela precisa de ter o substrato que na verdade é o resíduo orgânico, e mais o material seco, com a capacidade de fornecimento de um composto químico que é o resíduo de poda, a parte de capina, que acaba ajudando ali. Então está prevista a implantação de 8 unidades de compostagem na cidade. Esse ano a gente já constrói duas. E na medida em que a gente vai construindo essas unidades, automaticamente esses resíduos vão deixar de... os resíduos de poda que eventualmente não chegarem na coleta, porque a destinação desses resíduos de poda da subprefeitura não é... o caminho não é o ecoponto. O caminho é... estou falando dos serviços públicos de uma forma geral, a coleta deles vai para os aterros inertes da prefeitura. Nesse caso específico, a ideia é que a gente consiga destinar o resíduo de poda da prefeitura para essas unidades de compostagem. Serão 8. Até o final desse ano, a gente prevê construir duas delas. Então a nossa variação é que essa parte dos resíduos de feira, e mais esses resíduos de poda, a gente dá uma boa destinação. Está previsto também no plano de gestão, a coleta seletiva de orgânicos. Iniciando ao final de 2015 início de 2016, também para conseguir fazer a compostagem dos resíduos domiciliares orgânicos. Então a



destinação dos secos, e a destinação dos orgânicos. A parte de destinação e reciclagem de secos, esse ano, nós já devemos inaugurar agora em junho, duas unidades mecanizadas, com a participação de catadores. Uma na sua região lá, que é a de Santo Amaro, ali na Miguel Yunes, e a outra na região, ali na Ponte Pequena, na estação de transbordo. Então a gente deve elevar de 1,8% dos resíduos manejados por meio da coleta seletiva, esse ano, já para... até o final desse ano, para 750 toneladas/dia. Então a gente vai triplicar a quantidade de resíduos que é triada por meio da coleta seletiva de secos. A questão da contratação das empresas, você tem razão. O que tinha antes... Quer dizer, pegando um tempo anterior, antes de 2012, esse serviço era feito pela própria prefeitura, pelas subprefeituras. A operação dos ecopontos era muito ruim. Nesse contrato depois de 2012, já melhorou um pouco. Porque não são as concessionárias nesse caso. São as empresas de varrição, limpeza. É a SOMA em um agrupamento, e a INOVA em outro. Mas já se melhorou bastante. Porque antes se fechava um ecoponto nos finais de semana. Agora já estão abertos no período que exige com um pouco mais de tempo, está aberto. E a empresa faz esse trabalho da remoção, ela... a gestão do ecoponto é pela SOMA e pela INOVA. Vai depender da região da cidade. O que tem de se fazer na verdade, é uma melhor vinculação nos próximos contratos, ao nosso ver, da questão do manejo do resíduo da construção e da parte dos volumosos. Porque no nosso plano também está prevista a logística reversa com o setor que comercializa os volumosos, a parte de móveis. Pega a Casas Bahia, quer dizer, todo esse segmento, a responsabilidade do recolhimento seria deles, pela lei. Pela Política Nacional de Resíduos. Nós vamos chama-los para fazer uma logística reversa desses resíduos. Por quê? Porque você tem que ter um local de recebimento, ou uma via de entrega de um sofá e o recolhimento do antigo. Ou da geladeira e do antigo. Quer dizer, se nós não fizermos isso, vai ficar capenga. Porque todo mundo, hoje, tem recursos suficientes para fazer a troca do móvel, tem... as pessoas vão evoluindo na vida, e elas vão destinando. Você pega áreas nobres da cidade, que você chega lá, tem um armário... tem um conjunto de armários ali, depois você tem móveis, sofá... Então eu acho que são quatro coisas importantes para isso que você está falando. Primeiro, nós estamos prevendo no plano que cada uma das subprefeituras faça o contato com o setor privado para implantar um ponto de destinação dali, naquele local, para fazer a logística reversa. Então pega Casas Bahia, esses grandes comércios, para eles ajudarem a montar esse local, e dar a destinação desse resíduo, em uma primeira ação. Segunda, nós estamos implantando, agora com o convênio com a SENAI, um Programa de Implantação de Centros de Referência em Economia Solidária, dois, que vão ser, um localizado na Mooca, e outro na região ali de São Mateus. Em cada um desses Centros de Referência, nós vamos capacitar as pessoas a fazerem a transformação, a reutilização desses móveis, que nós chamamos dos volumosos. Então nós vamos criar uma rede na cidade, para dar uma melhor destinação nesses resíduos de ecoponto também. Porque você gera emprego, gera renda. Então, essa é uma ação importante que a gente quer fazer também. Os ecopontos, nós já estamos analisando um projeto de logística reversa para o setor privado, ajudar a segregar também ali no ecoponto, esse resíduo, e deixar que ele vá para o aterro sanitário, que é um resíduo nobre. Então, isso também, nós estamos em fase de realização. Então eu concordo. Quer dizer, nós vamos ter que mudar o contrato, nós já estamos estudando. O contrato de... das duas empresas, da SOMA e da INOVA. A licitação que for ser feita, provavelmente, ela vai ser feita pegando outros... um conjunto de maior lotes, ao invés de só duas. Porque você aumenta a quantidade de empresas. Sai de grandes conglomerados, você reduz o capital. Isso nós estamos analisando, também. E algumas coisas vão mudar no contrato. Muitas coisas vão ser mudadas no contrato. As suas informações servem como contribuição. Especificamente no ecoponto, tem problemas, porque se você tira o resíduo também, do veículo, você acaba podendo danificar o carro. Aí a culpa é do poder público. Porque pode acontecer de você tirar do caminhão ali, ou um veículo... Na verdade, caminhão não. Porque não pode caminhão. Mas de um veículo, você tirar ali um resíduo. Aí arranha o veículo e já tem um problema instalado. Então nós também temos algumas restrições para evitar esse problema. Agora, tudo são aprimoramentos que a gente vai ter que fazer. Óbvio que a gente vai ter que resolver. Para pessoas idosas, a gente já tem uma orientação de ajudar, mas não esgota. Bom, tem problemas operacionais. Nós anotamos aqui. Vamos considerar essas suas contribuições. A questão dos recursos do FEMMA. Quer dizer, isso é uma discussão, talvez, que eu diria, de fundo, mas que é importante. Eu também quero manifestar aqui, a minha visão: são vários locais... eu poderia dizer, vários fundos de meio ambiente que têm atuado para a implantação de unidades de redução do impacto ambiental. Pega o FECAN, do Rio de Janeiro. O FECAN tem aportado recurso para pagamento de serviço ambiental urbano para as prefeituras. Ele tem aportado recurso, inclusive, para implantação de ecopontos. Eu acho que isso é subjetivo, de fato. Cada um tem uma opinião. A minha visão é que o recurso do fundo é muito útil para esse tipo de atividade. É útil por vários motivos. Eu acabei de fazer uma contextualização inicial para mostrar como é que acaba resultando a destinação inadequada. Agora,



recurso da prefeitura estão sendo muito utilizados para a questão de resíduos sólidos. Eu diria muito rapidamente, que são gastos anualmente, dois milhões de reais por ano, na cidade de São Paulo, com o manejo de resíduos sólidos. Só para dar um exemplo, essas centrais mecanizadas que vão ser agora, inauguradas em junho desse ano, nós vamos triplicar com essas duas unidades, a quantidade de resíduos reciclados na cidade. Não é pouco. Nós estamos falando de cada uma das unidades, vão reciclar, vão triar diariamente, 250 toneladas/dia. Só para vocês terem uma ideia. A cidade de São Paulo maneja, em dez anos de implantação do programa de coleta seletiva, 250 toneladas/dia. Cada uma dessas unidades vai triar 250 toneladas/dia, de tal forma que a gente chega até o final de 2016 com 1250 toneladas/dia, triadas na cidade, de um percentual que nós iniciamos com 250 toneladas/dia. Então, eu acho que é uma conjugação de esforços, o recurso do fundo, ele também tem a sua destinação. Eu diria mais. Seria até pertinente utilizar o recurso do fundo para ajudar na implantação de centrais de triagens, de cooperativas, um trabalho socioambiental, está certo? Quer dizer, eu diria, além do que se faz hoje. Eu diria que seria pertinente, inclusive, essa discussão para o fundo. Então, acho que isso são... Eu poderia dar aqui, muitos exemplos do que o poder público está fazendo para redução dos impactos ambientais decorrentes dos resíduos sólidos. E diria mais: a redução das emissões de resíduos, com essas ações de ampliação da reciclagem de secos, os próprios orgânicos uma vez compostados, você tem uma redução muito forte do impacto dos gases de efeito estufa, até o plano da cidade de São Paulo, como de resto, do país inteiro, resíduo é o segundo maior potencial de impacto nos gases de efeito estufa. Então, eu acho que é pertinente. Só queria ajudar nessa defesa também. Mas de resto, as suas contribuições ficam, e nós vamos internalizar a maioria delas, tenha certeza, conselheira.

Salete: Queria só falar rapidamente da baia, que eu acho que é interessante. Não temos mais baia. Eu coloquei só um slide. Nós temos uma cobertura para volumosos. Para ele chegar nesses números, então no começo da gestão volumosos era metro cúbico, e ainda no fim da planilha é em metro cúbico. Nós fizemos reuniões com todos os fiscais das duas concessionárias, Inova e SOMA. Treinamos, montamos uma nova planilha. Porque metro cúbico de um sofá, é chutar. Às vezes é 0,37. É isso. 23... Gente, é de enlouquecer. O pessoal precisava participar de um concurso. Bate um olho lá e sabe que é 27 metros cúbicos um sofá. Então nós treinamos toda equipe das duas concessionárias. Montamos uma nova planilha. Sofá, um lugar, dois lugares, três lugares. Portas, armário, cadeira, tem mesa desmontada, não-desmontada, madeira processada ou madeira natural para chegar nesses números. Então é um processo longo. Quando chegamos nesse número, deixou de ser volume. Veja o impacto positivo da sua fala. São sofás. Da para pensar em logística reversa. Subsidiou um pouco o plano... volume de volumosos é o quê? É tudo. Então nós caracterizamos treinando equipe, lá na AMLURB, para poder chegar. Consequência do projeto, as baias caíram por terra, porque não dá para pegar mecanizado, manualmente é dois trabalhos, e substituímos por uma cobertura de volumosos, que ainda, aí no processo, pode ser que tenha alteração. Porque você vê que o Silvano falou. Está em um processo de entendimento. Nós recebemos muita solicitação para artesanato, e que é fantástico. Pode ser que parte desse material, 10%, 5, dê para fazer trabalhos sociais, que é muito legal. Agora, não tem mais a baia. E para chegar nesse número, foi um trabalho interno, para dar nome aos volumosos, e deixar de ser só volumosos. Então acho que está em um processo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Por gentileza, primeiro a Bianca, com a palavra.

Cons. Bianca: Bianca, de SEMPLA. Primeiro, eu queria agradecer a presença e o trabalho da Salete. Estou muito contente que a gente tenha uma pessoa que trabalhe como você. Eu estou muito feliz que a AMLURB tenha uma diretoria de planejamento com esse perfil, e espero trabalhar muito com você. Outra coisa eu acho que é assim: os problemas ambientais... Eu sou bióloga, para quem não sabe. Os problemas ambientais, na verdade, elas perpassam em primeiro plano, pelo fluxo que começa pela depredação de recursos, que está incluindo a área de depredação de áreas verdes, a produção de produtos, que inclui a poluição e também possivelmente a degradação de áreas verdes, como para plantar soja, alguma coisa relacionada a isso, e por último, no final desse processo, nós temos os lixos gerados pelo consumo desses produtos. Então na verdade, se a gente fosse pegar uma cadeia de processos de problemas ambientais reais, esse é o problema que a gente estudou na faculdade. Qual é o problema ambiental? O problema ambiental é esse fluxo completo. O que a gente trata, principalmente aqui na Secretaria. A gente trabalha muito com a área de degradação. Com a parte de degradação. Então, desse processo inteiro, na minha opinião, o estado deveria trabalhar... a política pública ambiental deveria trabalhar todos esses aspectos, a gente trabalha com algum deles. Então O aumento de



áreas verdes, só que aumento de áreas verdes nunca vai resolver o problema. Isso é uma pequena parcela do problema. A outra questão são os resíduos: qualquer tipo de resíduo. Resíduo sólido, mais especificamente, se não tratado, ele... na degradação dele, gera metano, que é um componente de CO2 que é um dos causadores de efeito estufa. Eu acho que em relação a usar o dinheiro do fundo, por quê que a gente pode usar o dinheiro do fundo para fazer uma desapropriação de área verde, e não para fazer um ecoponto? Sendo que a gente está evitando um dano ambiental bem importante. Outra questão é que é assim: a gente sempre enxerga a questão da área verde como se fosse uma... tudo que a gente fala é verde, na questão ambiental, na gestão ambiental. Tudo é verde, (incompreensível) não sei o quê. Mas eu só queria colocar um ponto que a gente está tendo agora um fenômeno, que são os desertos verdes, que são áreas verdes, que só utilizam uma espécie arbórea, e aí, isso causa uma desertificação do solo, e uma diminuição da biodiversidade, tanto de fauna quanto de flora, que é muito impactante... Inclusive de micro-organismos. Se você pegar todos os reinos da biologia, isso tem um impacto enorme. E a malha é verde. Ela é verde. Ela é bonitinha. Ela está lá. E ela não traz nenhuma vantagem ambiental. Pelo contrário. Tem um caso muito famoso de uma empresa chamada Aracruz Celulose, que ela tem uma plantação de eucaliptos, e esse eucalipto, ele solta um gás que inclusive, causa doenças nas populações tradicionais da área. Então, para a gente pensar nisso, assim. Qual é a nossa função para diminuição dos danos ambientais? Outra questão que eu acho interessante, é que eu acho que os pontos viciados, eu acho que eles têm que ser retirados sim, o lixo, da área. Porque é uma redução de danos. A solução do problema é fazer ecoponto. A retirada do lixo é emergencial. É nossa responsabilidade como poder público, para evitar doenças e outras coisas do tipo. E é mais uma defesa em relação ao ecoponto, o que essa retirada de lixo evita? Ela evita a poluição de curso d'água, porque a maioria das vezes, as regiões que estão geralmente ligadas a periferias, à margem, estão à beira de córregos. Então a gente evita o curso d'água, possível contaminação de áreas levando, portanto, a uma redução de danos gerado por esse lixo localizado. Eu queria falar em relação aos carreteiros. Que os carreteiros, não necessariamente, é um problema da AMLURB. Tem que conversar com o Trabalho. Tem que conversar com a Secretaria de Trabalho, ver o que eles falam. E a gente também tem uma proposta de fazer as unidades... a Central de Triagem Automatizada. Eu não sei, dentro da sua fala, se algum desses centros que você falou está relacionado a isso. Eu sei que a gente tem até 2016, para construir quatro centrais de triagem automatizadas, que está no PPA. Inclusive, está na... A gente tem aqui, para esse ano, pela LOA que foi aprovada na Câmara, a gente tem dentro da ação 7127 que é a implantação de projetos ambientais, a gente tem implantação de centrais de triagem automatizada, que está avaliada em 10 milhões, é isso? É do recurso do FEMA. Isso aqui é o que está na LOA. Isso aqui é o que está aprovado na Câmara. Então a gente já tem previsto essas centrais de triagem. Tem naquela apresentação. Isso aqui, só para quem não está vendo, a gente fez algumas apresentações de orçamento, e era aquela planilha da LOA. Lembra que a gente organizou? Quem participou de algumas reuniões... O Sérgio estava em uma das reuniões. É aquela planilha da LOA. LOA do Verde versus LOA do FEMA. Então já está dentro do orçamento do FEMA. Já está previsto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira, desculpe interromper. Que nós temos uma pauta ainda, de aprovações. Por favor.

Cons. Bianca: É rapidinho. É rapidinho. Estou terminando. Eu queria perguntar em relação ao centro de referência de economia solidária, eu não sabia da existência desse centro. Na verdade eu, atualmente eu moro com os coordenadores da incubadora lá da USP. E ninguém nunca ouviu falar nesse projeto, de central de economia solidária. Inclusive, quem fundou a incubadora da USP é o Haddad, a minha coordenadora de planejamento faz parte, e eu conheço uma série de pessoas que hoje trabalham com isso, inclusive com uma contribuição do Paul Singer. Então assim, vamos pensar nesse projeto de uma maneira mais conjunta. O movimento não está sabendo disso. Nem parte da academia. E concordar com a Cristina, que a gestão de ecopontos, realmente, era bem ruim, assim. Estava bem longe de contemplar aquilo que seria uma gestão de resíduos razoável. Não diria nem boa, mas razoável. Só isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Com a palavra, antes da Cristina, já tinha pedido aqui o presidente, Secretário.

Secretário Wanderlei Meira do Nascimento: Bom, primeiramente, gostaria de... Fiquei muito contente. Eu também sou arquiteto urbanista, desse cuidado que você teve com a questão de inserir no tecido urbano um



projeto tão complexo. E que historicamente vimos o contrário. Então parabéns aí, por esse cuidado de fazer essa inserção muito bem feita, de inserir na malha urbana, sem prejuízo da operação do dia a dia. Ficou claro isso. Eu gostaria de fazer outra observação até para enriquecer, e melhorar, e sugerir até para o debate, que eu acho que não se encerra aqui, eu acho que a questão... algumas questões que foram levantadas aqui, em relação à AMLURB, eu acho que esse tipo de trabalho, ele tem uma transversalidade enorme. E ele carece muito de outros projetos complementares, de outras Secretarias. Ele, por si só... a AMLURB, por si só, não dá conta, e nem seria atribuição dela dar conta dessa gama de outras inserções e projetos complementares para essa questão tão importante, que é o resíduo. Só para ilustrar, a gente já havia conversado com o Secretário de Educação, eu até coloquei isso para o Silvano a semana passada, nós vamos fazer uma inserção fortemente na rede municipal para inserir a coleta seletiva, de forma perene. Eu costumo dizer por aí que não é para entregar cartilhinha, porque isso a gente já fez há 20, 30 anos atrás. Mas que seja perene, e que, talvez, inserir na grade curricular também das crianças. E eu estava pensando aqui, na hora que você estava fazendo a sua apresentação, me ocorreu assim como tem um corredor cultural, poderia se pensar em um corredor ambiental, com esses equipamentos, evidentemente. E tudo, claro, envolve recurso. Como nós vamos mobilizar essas crianças? Temos que pensar um pouco nisso, e fica aqui então, o desafio, aí, para o pessoal da UMAPAZ, para que pense com carinho nesse projeto, para, o mais rápido possível, a gente pensar em implantar ele. Outro recorte que eu vou falar bem rapidamente, mas eu acho que é importante resgatar um pouco da história da evolução da discussão dos resíduos sólidos nesse país. Eu costumo dizer em várias oportunidades, que eu não sei se vocês lembram disso, tinha um filme aí bastante conhecido, que era o engenheiro que virou suco. Eu costumo dizer que eu sou o arquiteto que virou lixo. Porque o lixo é uma cachaça, e eu venho tocando esse assunto há muitos anos, assim, quase que a minha vida inteira. Dividindo a minha profissão. Fazendo arquiteto e ao mesmo tempo cuidando dessa questão. Importante frisar que o presidente Lula, em dezembro de dois mil... ao final do governo Lula, este marco regulatório, é importante frisar isso, essa discussão é uma discussão de 30 anos. Que não foi fácil chegar aonde se chegou, e o Silvano é prova disso, porque ele estava em Brasília até o momento da sanção desse importante marco regulatório. Acho que é um importante também que a gente faça uma leitura do plano nacional de resíduos porque ali estão embutidas questões de tamanha importância que eu mesmo enquanto um objeto de estudo da minha vida, estava ficando um pouco descrente, até, dessa questão. Porque eu me lembro que há 20 anos atrás, quando eu falava de compostagem, me chamavam de maluco. E agora virou um assunto na pauta do dia. Então acho que é importante resgatar um pouco dessa história. Enfatizar a importância desse plano. A questão da logística reversa, por exemplo, é de fundamental importância e é muito novo. Sobretudo na América Latina. Na Europa, não. Mas na América Latina. A logística reversa, ela vai implicar nesses projetos que eu coloquei anteriormente, e complementar isso aí para a AMLURB. Eu estive na FIESP a semana passada, e iniciei um pouco dessa discussão, ainda que teoricamente, porque claro, nós temos que levar isso enquanto proposta de governo. E o que eu ouvi um pouco, é que bom, vem aí a logística reversa, nós temos que pensar no repasse para o público. Então, o que eu quero dizer com isso é das dificuldades da gente se implantar as políticas corretas nesse país. Não é fácil. E eu respondi a eles de uma forma muito simples, viu, Silvano. Olha, eu não estou entendendo porque vocês estão falando em repasse, porque quando saiu a resolução CONAMA, que foi a primeira experiência nossa na logística reversa para os pneus, os pneus caíram de preço, depois de um tempo. E ele começou a voltar para o mercado, de forma reciclada. Falei: então, essa discussão sempre demora um pouco, por conta dos interesses. Então é resgatar um pouco dessa história, e resgatar um pouco das dificuldades que a gente teve. E para chegar a esse ponto, acho que nós demos um grande passo e claro, e temos de dar muito mais. Outra questão que é importante resgatar, é que neste país, todos os contratos, sem exceção, sejam antigos, ou agora, na área de resíduos sólidos, especialmente na área de coleta, são contratos com base na lógica perversa de quanto mais resíduo, melhor. Então não é só fazer a crítica pontual de cada projeto. Tem que se discutir um pouco da história, e entender como é que funciona a lógica. É que você também, neste caso, tem que travar uma luta direta com o capital. Eu me lembro que na época da Luiza Erundina, nós tivemos o sonho de quebrar o cartel, em uma mesa de reunião, parecida com essa. Então, de lá para cá, evoluiu muito. Então alguém tem que plantar uma primeira semente, para que a coisa, um dia, chegue aonde chegou. Eu acho que a logística reversa, eu sei que o Silvano já vai implantar a primeira, que será a primeira da América Latina. Eu não conheço nenhum outro projeto. Se alguém conhecer algum... Eu não conheço. Mas será o primeiro aqui na região do Pari. E tem... O que ela levantou, Silvano, depois você pode explicar um pouco mais para ela, que nós vamos inaugurar também, as unidades de triagem automatizadas, que é de fundamental importância para elevar esse percentual da coleta seletiva, que é evidente que é pífio. Óbvio que todos nós sabemos que é pífio.



Agora, implica também a coleta seletiva, em quê? Em mudanças de hábitos. E mudança de hábito demora. E mudança de hábito, nós temos que investir basicamente em educação. Sobre tudo na educação das crianças. Se não começar por aí, a discutir a prioridade dos recursos, que no meu entendimento também, ele é tão prioritário, tão importante quanto o equipamento. Sob pena da gente sucumbir. Porque em uma série de municípios por aí implanta-se a coleta seletiva, e daí a pouco acaba. Por quê que acaba? Porque talvez não se deu importância. Não é só questão de divulgação, de mídia, não é isso. É educação mesmo. Eu me lembro que eu implantei a coleta seletiva no governo da (incompreensível) em Campinas, que teve uma cobertura de 72% da malha urbana. Eu não sei como é que está hoje. Eu duvido que esteja com 72%. Eu tenho as minhas dúvidas. Era só essa informação e esse recorte, eu acho que a gente vai se esclarecer um pouco, e para passar o final de semana dormindo um pouco com esse barulho, aí. Não é fácil não, a tarefa do Silvano, e eu acho que depende de uma ação de governo. Isso não é uma ação da AMLURB. Da importância que é esse tema, resíduos sólidos urbanos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Palavra, Conselheiros.

Cons. Cristina: Cristina Antunes, Ciranda. Com relação ao que o Wanderley acabou de falar, eu sou... eu também sou uma arquiteta que virou ativista urbana, e eu sou muito otimista. Eu acho que essa questão da consciência da reciclagem também avançou muitíssimo. Quando nós começamos, na nossa entidade, a falar disso, as pessoas diziam: Isso é problema da prefeitura. Hoje em dia, a nossa região não só é atendida pelo setor público no recolhimento da coleta, como a afluência ao nosso ecoponto é enorme. E aí eu volto, mais uma vez, Silvano, na minha preocupação com relação à poda e reaproveitamento do material, manejo do material no próprio ecoponto. Isso é previsto na lei. Então a gente tem 8 unidades de compostagem na cidade, isso daqui é muito menos do que poderia existir. Em cada ecoponto, serão 90 e poucos, porque é um por distrito o que a lei determina, pelo menos um por distrito, onde as pessoas pudessem levar, imediatamente, seu material. Para chegar nesses 8 pontos de compostagem, isso daí está distante da comunidade. Esse projeto aqui no CONFEMA, nasceu no bojo de um projeto de compostagem de agricultura familiar. E isso faz todo o sentido para todas as faixas da sociedade. Então não adianta dizer: não, isso aqui vai parar lá num centro de compostagem que eu não sei nem onde é, não sei se eu posso chegar lá. Não posso ver, eu não posso assistir ao processo de compostagem. Então eu volto a insistir: que é perfeitamente possível, saudável e educativo ter uma compostagem, um reaproveitamento do material no próprio ecoponto. Não só por esse aspecto, mas por diminuir o trânsito desse material pela cidade. E outra vez, o nosso ecoponto, a comunidade cobra: o que que aconteceu com aquele projeto de compostagem? Porque as pessoas realmente compraram a ideia. Tem muito mais gente fazendo compostagem doméstica hoje em dia, do que existia... Isso a gente fez pesquisa, fez levantamento. Do que existia quando a gente começou esse projeto. Então, colocar distante a compostagem não atende ao objetivo básico que é essa questão de reduzir, na origem, a produção de volumes, como a Bianca falou. A gente tem que responsabilizar mais cada morador, pela sua produção. Não adianta pensar: não, eu vou deixar lá no ecoponto, e depois eles vão levar para algum lugar para se livrar disso. A gente tem que trazer essa consciência. Isso faz parte da educação que o Wanderley está falando, para dentro de casa, para dentro de cada família. E isso já avançou muitíssimo. A gente não pode regredir. Obrigada.

Silvano: Só para esclarecer, eu não disse que vai se deixar de receber resíduos de poda nos ecopontos. O que eu falei é outra coisa: que nós estamos com um projeto de ampliação das unidades de composta... nós vamos implantar unidades de compostagem para os resíduos de feira, e para a poda coletada pela prefeitura. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Então o que eu estou complementando é que essa questão é tão importante a questão da compostagem, que nós vamos implantar unidades de triagem... unidades de compostagem, de resíduos de feira, que são 880 feiras. Você vê a quantidade de resíduos limpos que vai para o aterro. É muito grande. Então nós estamos montando essas unidades. Mas não compete com os ecopontos. A destinação dos ecopontos, a gente tem que olhar sob outro prisma. Nós vamos ter área em todos os ecopontos, para fazer compostagem? Quer dizer, é isso que nós temos que ver em cada um dos ecopontos. Nós já temos dificuldade de áreas para fazer esse trabalho. Então você vê que alguns casos ali, aquela área pequena. Não obrigatoriamente a gente tem... A gente sabe que você precisa de uma área razoável para fazer a compostagem. Agora nós temos, no plano, outra ação que não foi dito aqui, mas que é fundamental, contribui com isso que você está dizendo, que é a questão do fomento a que as pessoas compostem os domicílios. Nós começamos agora um projeto, de fornecimento... vamos fornecer duas mil composteiras em



dois mil domicílios. Vamos fazer um estudo disso. Assistência técnica. Para ampliar o fornecimento dessas composteiras. Não só nos domicílios, como também nos condomínios. Porque é mais barato reter o resíduo nos domicílios do que você fazer a coleta dele. Eu estou dizendo que são projetos complementares. No ecoponto em si, é outra questão que a gente precisa discutir. Nós também estamos estudando a coleta seletiva no ecoponto. Porque ele já sai segregado, com destinações específicas. Agora, é um conjunto de ações. Sobre o que a Bianca disse, Bianca, esse projeto lá com a SENAI é um projeto da prefeitura. Ele foi discutido pela Secretaria de Relações Internacionais e Federativas. Um projeto que foi discutido também com a USP, com SENAI. Porque o governo do estado... Cada estado do Brasil fez um projeto para fazer o (incompreensível) dos catadores da cidade, uma proposta de economia solidária, e o estado de São Paulo não fez. Então a prefeitura de São Paulo fez um convênio com a SENAI para fazer esse trabalho de economia solidária. Ele foi coordenado pela Secretaria de Relações Internacionais e Federativas. Pela Secretaria de Serviços, é uma das Secretarias, mas participa desse projeto da Secretaria de Assistência Social, que tem outro projeto também. A Secretaria de Saúde, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Rendas, e a Secretaria de Serviços. É um trabalho matricial, mas depois a gente passa para você as informações.

Secretário Wanderlei Meira do Nascimento: São duas frases rapidinhas, Silvano. Mais para esclarecimento também, e mais para corroborar aqui, com o que o Silvano acabou de falar. É importante frisar que a questão do composto, isso é uma informação. Se ele não for de fonte segura, o composto será de má qualidade. Agora, ele só será de boa qualidade no âmbito cidade, não só qualquer outra cidade, qualquer município, se tiver a coleta de seco e úmido ou separar na fonte geradora. Ou seja, no domicílio. A Europa faz isso há anos. Eu disse de novo, e volto a frisar. Daí a importância da educação ambiental. Silvano vai nessa linha. Até ele me surpreendeu com isso semana passada, que eu não sabia da existência desse projeto dessas composteiras domésticas. Eu acho que é por aí também, o caminho. A título ainda, de esclarecimento, passem: nós não temos um modelo, nós não temos um parâmetro de aferição... só temos no mapa, no Ministério da Agricultura, cinco ou seis funcionários, para aferir a qualidade do composto. A Cetesb não tem. Nem a Cetesb tem. Então daí, a preocupação nossa, de iniciar um processo de compostagem com fonte segura. Fonte segura no caso nosso, o que é? Feira. E para combinar aí o carbono e o nitrogênio, claro, outra fonte segura, as nossas podas, especialmente nos parques. E eu não sei se eu frisei anteriormente, mas a compostagem também, nós vamos começar a implantar nos parques. Evidentemente se o parque oferecer as condições físicas. Em conjunto com o AMLURB.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, agradecer ao presidente da AMLURB, o Silvano Silvério. À sua equipe, a Salete e o Odair pela brilhante apresentação. E nós estaremos sempre à disposição. E lembrar aos senhores conselheiros que foi o programa todo, daqui para a frente, toda vez, conselheiras, toda vez que vier um projeto da AMLURB, para cada implantação, vocês podem antecipadamente, como já sabem do projeto, procurar a Salete, o Odair, e dar sugestões para que já venha alguma coisa já dentro daquilo que vocês também estão colaborando. Então agradeço à equipe. Muito obrigado, Silvano. Obrigado em nome do Conselho. E vamos passar agora, ao segundo item. Eu passo a palavra ao Rubens, por gentileza. Bianca, só um segundinho. Eu queria saber... Rubens, vamos deixar já gravado em ata. Algum conselheiro, além das considerações que foram feitas, estão de acordo com o projeto da AMLURB? Então nós consideramos o projeto da AMLURB, aprovado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Rubens, do FEMA. Eu vou procurar agilizar ao máximo, porque nós temos ainda 11 pontos de pauta para ser analisado, embora, os assuntos já sejam conhecidos desse Conselho, que se resume a manejo de alguns parques ou grupos de parques, e a contratação de vigilância, alguns prorrogação, outros recursos para nova contratação. Então eu vou fazer como de costume. Eu leio o primeiro relatório na íntegra, e os outros relatórios eu vou ler a análise da proposta, a análise financeira e a conclusão. Então o primeiro projeto que está em pauta, é apresentação e deliberação sobre reajuste de valor de ata de registro de preço da contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção geral das instalações do Parque da Ciência. Processo 2013.0.092.309-8. Proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor - R\$ 18.264,95. Análise da proposta: trata a presente proposta da contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção e reforma das instalações do Parque da Ciência, cujo objeto inclui manutenção das portarias da administração e guarita, quadras de esportes, campo de futebol, passeio, telhado, instalação de gradil, e adequação da iluminação externa, conforme memorial descritivo, juntado em folhas 6 a 8. Os serviços serão executados por



ata de registro de preço da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 71. A análise econômica e orçamentaria: a presente proposta origina-se da necessidade de manutenção e conservação de parques com proposta elaborada pela divisão técnica de gestão de parques, DEPAVE 5, que juntou o orçamento do valor da obra em folhas 6 a 8, e das planilhas orçamentárias de folhas 96 a 98, atestados pela coordenadoria do núcleo de manutenção, DEPAVE 1, perfazendo o montante de R\$ 348.130,10. Ressalta-se que a proposta inicial foi aprovada pelo CONFEMA na resolução 59/CONFEMA/2013, de 26 de setembro de 2013. O departamento de parques e áreas verdes, DEPAVE, encaminha o presente processo ao DPP, para apreciação e deliberação do CONFEMA, tendo em vista o reajuste de valores conforme planilha de folhas 127 a 129, que perfaz o montante de R\$ 366.395,05. Portanto, o valor a ser avaliado pelo CONFEMA é o referente à diferença de R\$ 18.264,95. Enquadramento nas diretrizes e objetivos do SISNAMA. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, que determina, explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar o desenvolvimento de planos, programas e projetos, item B de manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Segundo resolução 156/CADES/2014, de 11 de fevereiro de 2014, que trata da diretriz anual para utilização de recursos do FEMA, nos termos do inciso 8... artigo 8º, inciso 1 do decreto 41713, observamos que a presente proposta se enquadra nas diretrizes referentes a expansão, manejo e conservação de áreas verdes, e unidades de conservação de parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e não identifica óbice no prosseguimento da presente proposta. São Paulo, 19 de março, assina a comissão técnica de avaliação. Eu precisaria de quórum agora, para votação. E faltou quórum.

Milton Persoli: Rubens, bom dia. Milton Persoli, do DEPAVE. Esse valor de R\$ 18.000,00 é a diferença de correção, não é?

Secretário Executivo Rubens Borges: É a diferença do reajuste do valor da ata de registro de preço. E o valor da contratação já havia sido aprovado no ano passado. Agora, a gente está aprovando só o reajuste.

Milton Persoli: O reajuste. Está bom. Obrigado.

Secretário Executivo Rubens Borges: É que todo e qualquer recurso, independente do valor, quando utiliza o recurso do FEMA, ele tem que ser submetido ao Conselho. Bom agora, com quórum ainda que não integral, que falta ainda um Conselheiro, mas se vocês concordarem, a gente pode colocar em votação. Então vamos à votação. Os Conselheiros que concordam com a proposta de contratação de serviços de obra, objetivando manutenção do parque da Ciência... O que a gente está tratando é o valor do reajuste, lembrando, no valor de R\$ 18.264,95 permaneçam como estão. Então foi aprovado por unanimidade. Terceiro. Primeiro foi a apresentação. É apreciação e deliberação sobre prorrogação de contratação de serviços de manejo do grupo de parques Guarapiranga. Processo 2010.0.144.515-1. Então proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor da proposta, é R\$ 438.391,74. A proposta é de prorrogação contratual por três meses, do serviço de manejo e manutenção e conservação de parques que compõem o grupo de parques Guarapiranga composto pelos parques Guarapiranga, Parque Eucalipto, Parque Nabuco, Parque Santo Dias, e Severo Gomes. Cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. Em folhas 2.554 e 2.555, encontra-se o termo de aditamento do contrato 39 SVMA 2014, publicado no DOC de 11/3/2014, página 103, com vencimento da prorrogação em 7/4/2014. Em folhas 2560, encontra-se assentado a informação que a empresa concorda em prorrogar, por mais três meses, o contrato. Análise econômica: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF com relação à necessidade de realização e manutenção e preservação de áreas verdes do município, que solicita a utilização de recursos do FEMA para realização da proposta ora apresentada, conforme informação de folha 2.561. DAF manifesta a necessidade da complementação de recursos para prorrogação, tendo em vista a suspensão do processo de contratação por ata de registro de preços, que vem sendo tratada no processo 2013.0.127.644-4. Ressalta-se que a suspensão da contratação da ata deu-se em virtude da solicitação de revisão de preços, fixados na ata de registro de preços. Sendo assim, com base no parecer expedido pela procuradoria geral do município, da Secretaria de Negócios Jurídicos, juntado ao presente sob folhas 2.562 a 2.567, foi apresentada a proposta, destacando-se a utilização da dotação de despesas correntes



para contratação dos serviços. O enquadramento eu vou pular. Nós já vamos para a conclusão. Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela procuradoria geral do município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 438.391,74, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então podemos ir à votação? Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então, está aprovado por três votos a favor, um voto contrário. A próxima é apreciação e deliberação de prorrogação de contratação de serviços de manejo e conservação de áreas verdes do grupo de parques Aclimação. Processo 2012.0.264.791-6. Proponente é SVMA-DEPAVE. O valor da contratação, R\$ 1.491.500,02. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços técnicos de manejo e conservação de áreas verdes do grupo de parques Aclimação, composto pelos parques: Aclimação, Buenos Aires, Independência e Tenente Siqueira Campos-Trianon. Cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. O vencimento do contrato está previsto para 31/3/2014. E a presente proposta prevê prorrogação de prazo contratual por mais seis meses a contar de 1/4/2014, conforme solicitado pela chefia de gabinete da SVMA em folha 910. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da necessidade de manejo e conservação de parques, com proposta elaborada pela divisão técnica de gestão de parques, DEPAVE 5, que junta as planilhas de cálculo atualizadas em folhas 901 a 907, onde fica demonstrado que a prorrogação contratual nos termos vigentes é economicamente vantajosa para a administração. Em folha 911, consta nota de reserva de recursos no montante de R\$ 1.491.500,02, para fazer frente às despesas previstas. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, juntado a folha 815 a 820, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral Do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.491.500,02, e não identifica óbice em prosseguimento da presente proposta. São Paulo, 19 de março, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Algum comentário? Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então está aprovada por três votos a favor, um voto contrário. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviços de manejo e conservação do Parque Natural Fazenda do Carmo. Processo 2011.0.197.043-6. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor da contratação - R\$ 292.953,06. Valor estimado para o presente exercício, acrescido dos reajustes contratuais devidos. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação por mais 6 meses em contrato de serviço de manejo e manutenção e conservação do parque natural municipal Fazenda do Carmo, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, com vencimento previsto para 31/3/2014, conforme folha 827. Em folhas 819 do processo, a contratada manifesta a sua anuência pela prorrogação do contrato por mais seis meses, a contar de 1/4/2014, conforme aditamento do contrato 167/SVMA/2013, publicado em DOC de 22/1/2014 sob folha 77, assentado sob folhas 807 a 808. Em folhas 820, foi juntada a manifestação da unidade fiscalizadora do contrato, que destaca a necessidade da prorrogação, tendo em vista as dimensões do referido parque, e a quantidade de instalações do mesmo. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município. Análise Econômica e Orçamentária. A presente proposta origina-se da manifestação de DAF, com relação à necessidade da realização de manutenção e preservação de áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado, de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, para realização da proposta ora apresentada. Sendo assim, com base no parecer expedido pela procuradoria geral do município da Secretaria de Negócios Jurídicos, foi apresentada a proposta de utilização dos recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes para prorrogação do presente contrato. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela procuradoria geral do município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 292.953,06. Valor estimado para o presente exercício, 2014, acrescido de reajustes contratuais devidos. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em



linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Conselheira Cristina.

Cons. Cristina: Porque nós estamos com uma diretoria nova, então vou me colocar. A minha colocação é a mesma há meses. E como eu já mencionei rapidamente, eu entendo que esse uso não é cabível nos objetivos do fundo. Todos esses projetos, desde o ano passado, foram aprovados. E aprovamos um volume enorme de dinheiro do fundo para esse tipo de manejo, manutenção, segurança, zeladoria dos parques. Eu entendo, em nome da minha entidade, que representa 15 associações, é responsabilidade do orçamento. E transferir essa responsabilidade, essa possibilidade para o fundo, eu entendo que desvirtua os objetivos do fundo, e sangra recursos que deveriam ser utilizados em outro tipo de projeto. Mas enfim, é como disse o Secretário, uma questão de interpretação. Eu mantenho sempre a minha posição contrária a esse uso. Mas eu quero registrar que apesar de isso ter sido aprovado, nós não estamos vendo esse dinheiro. Então eu vou te deixar um bilhete, porque eu quero falar com você depois. Mas os recursos foram aprovados desde outubro, por exemplo, o grupo Cordeiro até hoje não aconteceram. Então foi aprovado com o meu voto contrário, sou voto vencido. Mas já que foi aprovado, em nome da sociedade, eu tenho que exigir que isso seja cumprido. Onde é que está esse dinheiro? Por quê que esse dinheiro, até agora... O Jairo estava tentando explicar que SEMPLA não libera. SEMPLA quer alguma contrapartida. Então nós aqui no fundo estamos aprovando recursos que na verdade, não se viabilizam. A gente precisa questionar os procedimentos após a aprovação aqui neste Conselho. Em que eu reitero, vou sempre ser contrária, por uma questão de coerência. Eu, outra vez, vou pedir desculpas. Eu fico preocupada, Luis, que não tenha quórum para as aprovações. Vai ter? Vai? Então está bom. Desculpem. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, Cristina. Com a palavra, o Conselheiro.

Cons. Alexandre: (incompreensível) também, não diretamente a esse processo, mas que está relacionado. Um pouco respondendo à Cristina, mas não só isso. A partir das observações da Bianca, eu entendo que dentro de uma porcentagem aí, a gente possa utilizar esse recurso de custeio do fundo para os parques, mas manifesto a preocupação semelhante... não exatamente igual à da Cristina. Lá na zona Leste, a gente está com o parque Guaratiba, em Guaianases, também sem vigilância e manutenção. Eu não lembro... tantos processos, eu não lembro se esse recurso já está aprovado, se vai ser aprovado, mas é um fato concreto. O parque está sem vigilância e sem manutenção. E enfim, isso é um problema para a comunidade.

Milton Persoli: Milton Persoli, DEPAVE. No caso o parque Guaratiba, a empresa de manejo era a Construdaia. É feito uma consulta à empresa, sempre próximo 30 ou 60 dias antes do vencimento contratual. Foi feita essa consulta, a empresa se manifestou o não interesse em permanecer lá, naquele agrupamento. Nós tivemos várias insistências, várias reuniões com a empresa, para que a gente pudesse melhorar um pouco essa relação, para que isso nos desse até tempo de contratar um novo serviço. Enquanto a empresa estivesse presente no parque. Isso não foi possível. O nosso secretário adjunto, o Ricardo também participou da última reunião, a empresa se comprometeu a conceder esse reajuste, conceder essa prorrogação por mais 60 dias, e no último dia, ela não cumpriu com a informação, e declinou da possibilidade de contratação. Hoje nós estamos sem essa empresa responsável. Nós já estamos buscando alternativas nos parques próximos, para poder atender emergencialmente o parque Guaratiba. E o mesmo se faz com relação à segurança, que a empresa é a CR5. É uma empresa que está em dissolvência. Está em um problema muito sério, financeiro. Está passando por um problema muito sério. Nós estamos, juridicamente, buscando uma alternativa de rescisão contratual. E a orientação do secretário também, para que a gente pudesse buscar uma contratação emergencial em relação a essa empresa. Porque ela trabalha em todos os parques lineares, ela uma infinidade de postos junto à secretaria, e a empresa está com uma séria dificuldade. Provavelmente vai rescindir todos os contratos. Então também nós estamos buscando alternativas junto a outros contratos, para, como foi feito lá no início de 2013, emergencialmente poder manter, ou suprir o parque nessa necessidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Prossiga, Rubens, por favor.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos agora quatro votos a favor e um voto contrário.



Próximo ponto é apreciação e deliberação do contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais do grupo Sul. Processo 2011.0.074.755-5. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da contratação, R\$ 805.456,00. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais do grupo Sul, composto pelos parques Guarapiranga, Santo Dias, Nabuco, Alfredo Volpi, Severo Gomes, Cordeiro e Eucaliptos, registrados sob número 11/SVMA/2012, juntado em folhas 906 a 924. Em folha 1337 foi juntada a solicitação do DAF G, Departamento de Administração e Finanças, para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva, desarmada, nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. A análise econômica: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF G, com relação à necessidade do custeio de contrato de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Sul. Conforme planilha juntada em folha 1.336, estão previstos desembolsos para o exercício de 2014, no montante de R\$ 805.456,00, referentes a medições anteriores não liquidadas. Assim, com base no parecer expedido pela procuradoria geral do município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes, para cobertura do presente contrato nos meses de novembro e dezembro. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 805.456,00, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 24 de março de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Algum comentário? Então vamos para a votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques do grupo Anhanguera. Processo 2011.0.074.757-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da proposta: R\$ 2.130.326,20. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação de contrato de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques municipais do grupo Anhanguera registrados sob número 44/SVMA/2011, por mais três meses, a contar de 1/4/2014. Em folha 2997, foi juntada a solicitação de DAF G, solicitando a utilização de recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente para custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de folhas 2983 a 2995 de que não se verifica, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF com relação à necessidade de custeio da contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques municipais do grupo Anhanguera. Conforme planilha juntada em folha 2996, as despesas relativas ao período de 1/1/2014 a 31/3/2014 é de R\$ 1.058.240,00. Despesas não liquidadas. E R\$ 1.072.086,20 necessários para a prorrogação do contrato, perfazendo o montante de R\$2.130.326,20. Assim, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para cobertura dos meses não liquidados e da prorrogação contratual. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 2.130.326,20, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 24 de março, assina a Comissão Técnica de Avaliação.

Cons. Alexandre: Só uma dúvida, Rubens. São dois processos para o grupo Anhanguera. Um seria a prorrogação contratual, e o outro, um novo contrato?

Secretário Executivo Rubens Borges: Uma nova contratação.



Cons. Alexandre: Uma nova contratação. É preciso ter os dois para que dê tempo da nova contratação, é isso?

Milton Persoli: É exatamente isso. A empresa também manifestou interesse em prorrogar somente por dois meses. O custo homem/hora, para vigilância atual, praticados nos contratos é muito defasado em relação ao mercado. Então a empresa sempre se coloca contrária a essa renovação. Nesse caso, ela concorda com a renovação, desde que a gente implique em um novo contrato de emergência... em um novo contrato licitatório. Ela acha que aí, você compatibiliza os preços a nível de mercado. Por isso das duas necessidades.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Centro-Oeste. Processo 2011.0.074.761-0. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor da proposta: R\$ 2.934.971,00. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação por mais 3 meses de contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para o grupo de parques Centro-Oeste, composto pelos parques Aclimação, Independência, Parque Siqueira Campos, Trianon, Parque Buenos Aires, Parque Luiz Carlos Prestes, Parque SEMOCAN, Parque Previdência, Parque Raposo Tavares, Parque Colinas de São Francisco, e Parque Leopoldina Villas Boas, registrados sob número 040/SVMA/2011. Em folha 1.589, foi juntada a solicitação de DAF para a utilização de recursos do FEMA para custeio de contratação, bem como de sua prorrogação, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF, com relação à necessidade de pagamento de medições relativas à contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para o grupo de parques Centro Oeste, no montante de R\$ 1.462.365,00, bem como de sua prorrogação por mais três meses, no montante de R\$ 1.472.606,00, conforme planilha juntada em folha 1.588, perfazendo o total de R\$ 2.934.971,00. Assim, com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes, para cobertura do presente contrato, nos meses de novembro e dezembro. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 2.934.971,00, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 24 de março, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então a proposta aprovada por unanimidade. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Norte. Processo 2012.0.329.067-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor da contratação - R\$ 1.265.187,06. A presente proposta é de contrato de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Norte, composto pelos parques Jardim Felicidade, Vila dos Remédios, São Domingos, Lions Club Tucuruvi, Cidade de Toronto, Rodrigo de Gásperi, Vila Guilherme Trote, Pinheirinho d'Água, City Morrinhos e Jacinto Alberto, registrados sob número 05/SVMA/2013, em folhas 216, aditado conforme despacho de folha 335 e 336. Em folhas 388, foi juntada a solicitação de DAF para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente para o custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verifica, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada, nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF com relação à necessidade de custeio da contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Norte, cujo vencimento está previsto para 18/4/2014. Conforme planilha juntada em folha 387 estão previstos desembolsos para o exercício de 2014, no montante de R\$ 1.265.187,06, referente ao período de 1/1/2014 a 18/4/2014. Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para cobertura do presente contrato, nos meses de janeiro a abril. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes



anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.265.187,06, respeitada a utilização da dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice no prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 24 de março, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual do contrato de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Leste. Processo 2011.0.074.759-8.

Milton Persoli: Esse é prorrogação, não é?

Secretário Executivo Rubens Borges: É renovação. Isso. Prorrogação contratual.

Milton Persoli: Também tem um de contratação, não tem?

Secretário Executivo Rubens Borges: Do grupo Leste?

Milton Persoli: É.

Secretário Executivo Rubens Borges: Tem. É o último ponto da pauta. Então proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor total da proposta é R\$ 2.608.984,00. A proposta é de renovação do contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o grupo de parques do grupo Leste, composto pelos parques Raul Seixas, Santa Amélia, Chico Mendes, Piqueri, Chácara das Flores, Jardim Primavera, Dom Evaristo Arns, Ermelino Matarazzo, Vila do Rodeio, Parque Ecológico Professora Lídia Natalizio Diogo e Zilda Arns registrados sob número 44/SVMA/2011. Em folha 1734 foi juntada a solicitação de DAF para apreciação do CONFEMA, para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verifica, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada para parques públicos, integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF com relação à necessidade de custeio de contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Leste. Conforme cronograma juntado em folha 1733, estão previstos o desembolso para o exercício de 2014, no montante de R\$ 2.608.984,00, referente à prorrogação contratual por três meses, a contar de 30/3/2014, conforme informação de folha 1716, R\$ 1.345.087,00, acrescido de medições anteriores não-pagas no valor de R\$ 1.263.897,00, totalizando o valor de R\$ 2.608.984,00. Assim, com base no parecer expedido pela procuradoria geral do município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes, para cobertura do presente contrato, nos meses de novembro e dezembro. Está errado, aqui. Para os meses de janeiro a abril e a prorrogação. Gente, precisa corrigir, aqui. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 2.608.984,00. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 24 de março, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual do contrato de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Anhanguera. Processo 2012.0.330.055-3. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor da proposta: R\$ 8.038.303,18. Trata a presente proposta de contratação de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o grupo Anhanguera, composto pelas unidades da Administração, o CRAS, que é o Centro de Recuperação de Animais Silvestres 1, o CRAS 2, Escola de Marcenaria, o DGD Norte, conforme termo de referência de folha 3 a 20. Em folhas 366, foi juntada a solicitação de DAF para apreciação



do CONFEMA, para utilização de recursos do Fundo para o custeio da contratação, com base na manifestação da procuradoria geral do município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada, nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF com relação à necessidade de custeio da contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Anhanguera conforme planilha de custo juntada em folha 340. Estão previstas as despesas para o período de 12 meses, no montante de R\$ 8.038.303,18. Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes, para cobertura da presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 8.038.303,18, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 24 de março, assina a Comissão Técnica de Avaliação.

Cons. Alexandre: Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheiro Alexandre.

Cons. Alexandre: É só uma dúvida. Nesse caso, seria uma nova licitação. A licitação não prevê só um ano. Prevê um tempo maior. Ou é...

Milton Persoli: Prorrogáveis por iguais períodos.

Cons. Alexandre: Ah, entendi. Entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: A contratação é inicialmente por um ano. E pode ser prorrogável, que é o que a gente trata aqui, das prorrogações.

Cons. Alexandre: Entendi. Perfeito.

Milton Persoli: Até 5 anos.

Cons. Alexandre: Até 5 anos.

(falas sobrepostas)

Milton Persoli: (incompreensível) prorrogação, o processo se encerra.

Cons. Alexandre: A prorrogação, a gente também precisa passar aqui, pelo Conselho?

Secretário Executivo Rubens Borges: Todas elas.

Milton Persoli: Porque requer aporte financeiro.

Secretário Executivo Rubens Borges: E aqui tem um detalhe que é assim: a contratação... O valor que nós estamos aprovando... aprovando não. Votando. Aqui hoje, é o valor da contratação para 12 meses. Então, isso vai comprometer janeiro, fevereiro e março do ano que vem. Então provavelmente... Provavelmente não. Certamente não vai ser executado os oito milhões esse ano. Vai ultrapassar o exercício orçamentário. Mas a gente tem que aprovar o valor integral, porque para colocar a licitação na rua, tem que ter a garantia do recurso. Porque senão, a gente fere a lei de responsabilidade fiscal. Então a gente tem que ter a garantia do recurso para todo o contrato. Por isso que a gente aprova o valor integral. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então foi aprovada por



unanimidade. Acho que agora é o último. Apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do Grupo Leste. Processo 2013.0.282.697-9. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da contratação, R\$ 11.980.015,55. Trata a presente proposta de contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o grupo de parques Leste, composto pelos parques Raul Seixas, Santa Amélia, Chico Mendes, Piqueri, Chácara das Flores, Jardim Primavera, Dom Evaristo Arns, Ermelino Matarazzo, Vila do Rodeio, Ecológico Professora Lídia Natalizio Diogo, e Zilda Arns. Em folha 145 foi juntada a solicitação de DAF G para apreciação do CONFEMA para utilização de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para custeio da contratação, com base na manifestação da procuradoria geral de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA, para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF G, com relação à necessidade de custeio da contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Leste. Conforme planilha de custo juntada sob folha 120, estão previstas despesas para o período de 12 meses, no montante de R\$ 11.980.015,55. Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes para cobertura da presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 11.980.015,55, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 24 de março, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então podemos ir à votação? Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. Assim encerramos a pauta do dia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Senhores Conselheiros e Conselheiras, agradeço a presença de todos. Antes de passar para o Secretário encerrar, a todos os técnicos presentes, ao pessoal do DAF, aos diretores do DEPAVE, DAF, da UMAPAZ, presentes, muito obrigado.

Secretário Wanderlei Meira do Nascimento: Bom, agradeço a todas e a todos. E um bom final de semana, e mais um meio dia de trabalho que vem pela frente, ainda. Obrigado a todos.